

Quadro Negro



INFORMATIVO DO SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL / ANO XXXIX - Nº 201 / MAIO DE 2018

“COM SUPREMO, COM TUDO”

Diálogo entre Romero Jucá e Sérgio Machado

— Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer]... É um acordo, botar o Michel num grande acordo nacional — diz Sérgio Machado.

— Com o STF, com tudo — afirma Romero Jucá.

— Com tudo. Aí parava tudo — anuncia Machado.

— É, delimitava onde está.

Pronto — afirma o senador emedebista [ex-peemedebista].

OS IMPACTOS DO GOLPE NA EDUCAÇÃO



Sinpro(sede): SIG, Quadra 6, lote nº 2260, Brasília-DF
Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207
Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1.
Telef.: 3562-4856 e 3562-2780
Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106.
Telef.: 3556-9105

Subsede em Planaltina: Av. Independência,
quadra 5, lote 8, Vila Vicentina.
Telef.: 3388-5144

Site: www.sinprodf.org.br
e-mail: imprensa@sinprodf.org.br

Secretaria de Imprensa: Cleber Ribeiro Soares,
Samuel Fernandes e Cláudio Antunes Correia (Coordenador)
Editor: André Barreto

Jornalistas: André Barreto, Carla Lisboa,
Luís Ricardo Machado e Tomaz de Alvarenga

Revisão: José Antônio de Oliveira

Diagramação: Bayron Valença

Capa: Bayron Valença

Fotos: Deva Garcia e José Paulo de Oliveira (ECOM)

Impressão: Palavra Comunicação

Tiragem: 40.000 exemplares

Distribuição gratuita. Permitida a reprodução,
desde que citada a fonte.



Secretaria de Administração e Patrimônio
Carlos Cirano Nascimento – Coordenador
Carlos de Souza Maciel
Nilza Cristina G. dos Santos

Secretaria de Assuntos dos Aposentados
Sílvia Canabrava de O. Paula – Coordenadora
Marilange da Silva Vianna
Deltair Amancio da Silva

Secretaria de Assuntos Culturais
Thais Romanelli Leite – Coordenadora
Elicreuda Silva de França
Ticho Lavener

Secretaria de Assuntos Jurídicos Trabalhistas e Socioeconômicos
Dimas da Rocha Santos – Coordenador
Cássio de Oliveira Campos (In Memoriam)
Ilson Velloso Bernardo
Francisco de Assis S. Lima

Secretaria de Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras
Vilmara Pereira do Carmo – Coordenadora
Maria Goretti Oliveira Cunha
Ruth Oliveira Tavares Brochado

Secretaria de Finanças
Rosilene Corrêa Lima – Coordenadora
Bernardo Fernandes Távora
Maria Cristina Sant'Ana Cardoso

Secretaria de Formação Sindical
Luciana Custódio de Castro – Coordenadora
Jairo Mendonça
Magneete Barbosa Guimarães (Meg)

Secretaria de Imprensa e Divulgação
Cláudio Antunes Correia – Coordenador
Cleber Ribeiro Soares
Samuel Fernandes da Silva

Secretaria de Raça e Sexualidade
Elbia Pires de Almeida – Coordenadora
Leticia Vieira Montandon
Jucimeire Barbosa da Silva

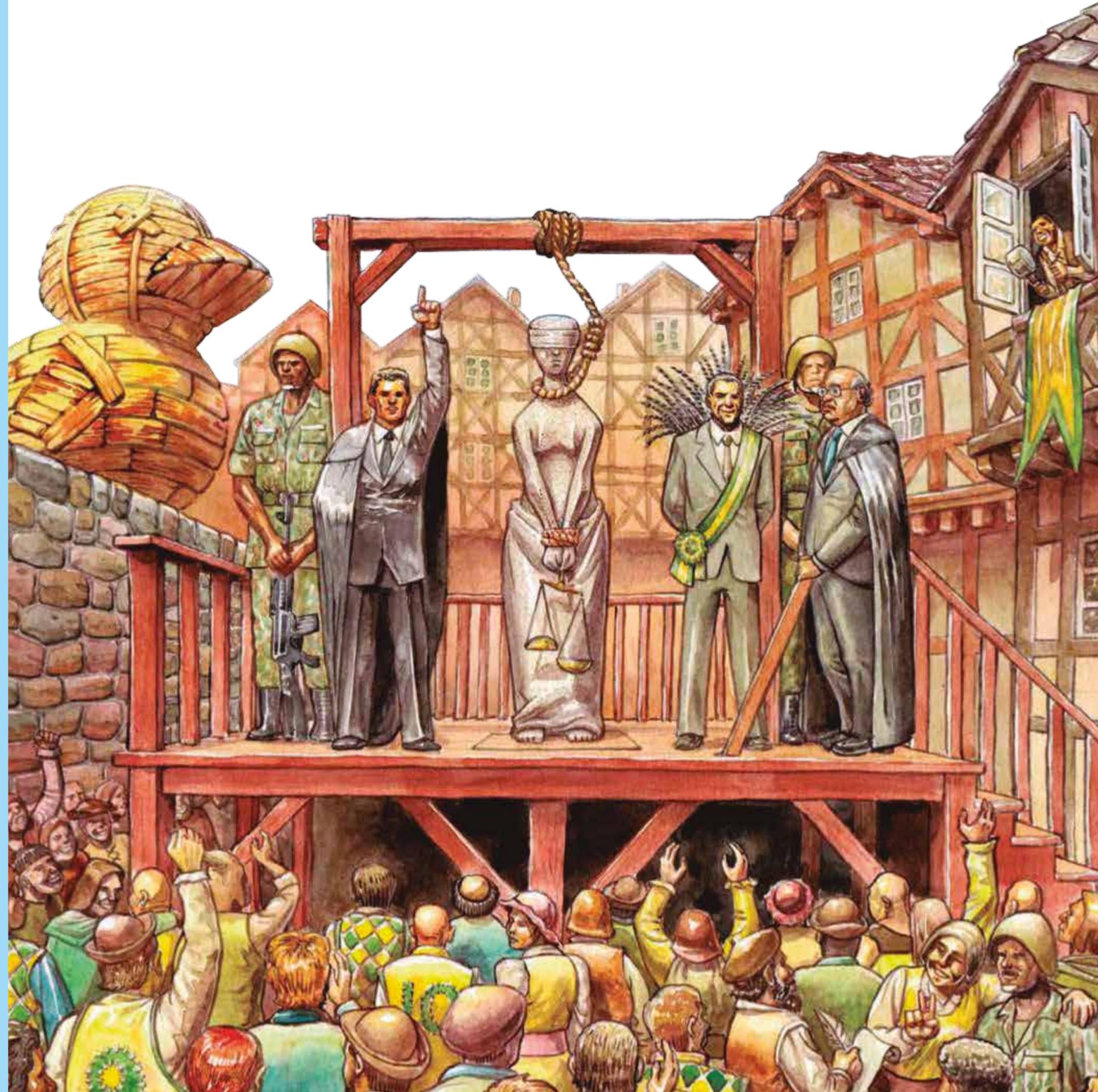
Secretaria de Saúde do Trabalhador
Manoel Alves da Silva Filho – Coordenador
Gilza Lúcia Camilo Ricardo
Alberto de Oliveira Ribeiro

Secretaria de Organização e Informática
Julio Barros – Coordenador
Luciano Matos de Souza
Solange Buosi

Secretaria de Política Educacional
Berenice Darc Jacinto – Coordenadora
Anderson de Oliveira Correa
Regina Célia T. Pinheiro

Secretaria de Políticas Sociais
Gabriel Magno Pereira Cruz – Coordenador
Hamilton da Silva Caiana
Yuri Soares Franco

CONSELHO FISCAL
Enóquio Sousa Rocha
Jailson Pereira Sousa
Joana Darc Ferreira Soares
Joana Brito M. Rodrigues
Misael dos Santos Barret



Crédito: Le Monde Diplomatique Brasil/Edição nº 128

GOLPE? QUE GOLPE?

Na atual década do século XXI, o Brasil, assim como vários países da América Latina, vive um momento de desmonte do chamado Estado do bem-estar social, no qual um governo extremamente impopular vende o patrimônio nacional, realiza reformas econômicas, trabalhistas, previdenciárias, com retirada de direitos sociais e trabalhistas, o que irá aprofundar a miséria e a desigualdade social, com graves consequências para os mais pobres.

Cabe aí uma pergunta: que chances teria um ideário desses ser respaldado nas urnas, em votação direta e afofado por milhões de brasileiros? Nenhuma. Então, a única maneira de emplacar tais medidas - que fala a língua da iniciativa privada e do mercado financeiro - seria inviabilizando o governo de então.

Daí usarmos a expressão “golpe” para situar historicamente o que aconteceu em 2016, a partir do afastamento da presidenta eleita Dilma Rousseff em um processo jurídico-político baseado em crime que ela não cometeu. Tudo assentado numa arquitetura montada por um vice-presidente comprometido até o pescoço com as elites do atraso - pouco se importando com os trabalhadores - e, evidentemente, com a conivência de um Congresso Nacional corrupto e de uma mídia ultraconservadora - que promoveu manipulações grotescas, tentando reescrever a história recente do País de forma a provar que os governos de esquerda subverteram o grande ajuste de estabilização econômica e progresso promovido no Brasil. Tudo isso sob as bênçãos de um Judiciário partidário, que saca uma peça conhe-

cida como “teoria do domínio do fato” para condenar e prender um ex-presidente detentor dos mais altos índices de aprovação e líder absoluto às eleições de 2018.

No fundo, o objetivo é um só: acabar com o Estado do bem-estar social e implantar o Estado de mercado. Em outras palavras, deixar os ricos mais ricos, acumulando cada vez mais riquezas, e os pobres mais pobres - sem nenhuma rede de proteção social. Um colonialismo mais moderninho, que atende pelo nome de neoliberalismo.

Por isso mesmo, os últimos dois anos estão sendo de intensos ataques à classe trabalhadora, aos serviços públicos e em particular à educação pública - pois ela sim pode mudar as coisas. Não à toa, em pouquíssimo tempo foram editadas a Emenda Constitucional nº 95/2016, a reforma do Ensino Médio, o avanço do projeto Escola sem Partido, sem falar da contrarreforma trabalhista, da insistência doentia em emplacar a reforma da Previdência e de outros pontos que ameaçam seriamente a nossa democracia.

A CUT, a CNTE, o Sinpro-DF e movimentos sociais estiveram - e estão - nas mais diversas frentes de lutas contra esse conjunto de ataques. E a verdade é que o povo quer liberdade, direitos iguais, oportunidades para todos, melhoria nas condições de vida no nosso país, emprego, desenvolvimento social e econômico.

Todos esses assuntos estão detalhados nas matérias deste Quadro Negro, especialmente elaborado para proporcionar uma visão crítica da nossa realidade e apontar caminhos para uma reação. **Boa leitura!!!**

UnB

pode parar de funcionar em agosto

Contingenciamento de recursos deixa universidades públicas agonizando pela falta de recursos e com incertezas sobre futuro próximo

A luz vermelha está acesa nas universidades públicas federais brasileiras. Não há recursos assegurados para cobrir todas as despesas até o fim do ano. As bolsas para pesquisadores podem não durar até o mês que vem.

Em nosso país, a universidade pública, fortemente atacada pela ditadura militar, vem se mantendo a duras penas. As universidades federais viveram os últimos meses de 2017 suplicando ao governo central a liberação de parte das verbas contingenciadas sob pena de não encerrar as atividades acadêmicas e administrativas do ano.

Para 2018, é visível o emperramento definitivo das obras de investimento, porquanto os recursos aparecem como zerados pelo governo - realidade já enfrentada em muitas universidades estaduais. Com a diminuição drástica das verbas de custeio, serão realizadas mais demissões de terceirizados(as), entre outras perversidades que já são acenadas por algumas reitorias.

A matemática é simples: o Executivo tem gastado mais do que arrecada e, para tentar equilibrar as contas, contingenciou recursos de todas as áreas. A edu-

cação não foi poupada.

O corte reduziu principalmente as despesas de custeio, que perderam 15% do orçamento inicial, e de capital (como a aquisição de equipamentos), com uma redução de 40%. Como consequência, muitas universidades federais têm sofrido para pagar despesas como água, luz, segurança e limpeza.

UnB - A Universidade de Brasília, por exemplo, precisa cortar R\$ 39,8 milhões do orçamento e aumentar a receita em R\$ 50,8 milhões. A decana de Planejamento e Orçamento da UnB, Denise Imbroisi, informou que, em 2018, a universidade terá de recursos do Tesouro o valor de R\$ 137 milhões, além de R\$ 40 milhões de arrecadação. No entanto, o custo anual será de R\$ 214,5 milhões. “Não há como não ter prejuízo, com os corte de repasses do governo federal. Nossa perda de receita foi grande”, afirmou a reitora Márcia Abrahão Moura.

A universidade anunciou ser necessário cortar despesas, e isso implicaria em redução de terceirizados, estagiários e subsídios, como o oferecido aos estudantes que se alimentam no Restaurante Universitário (RU). A medida pode aumentar em até 160% o

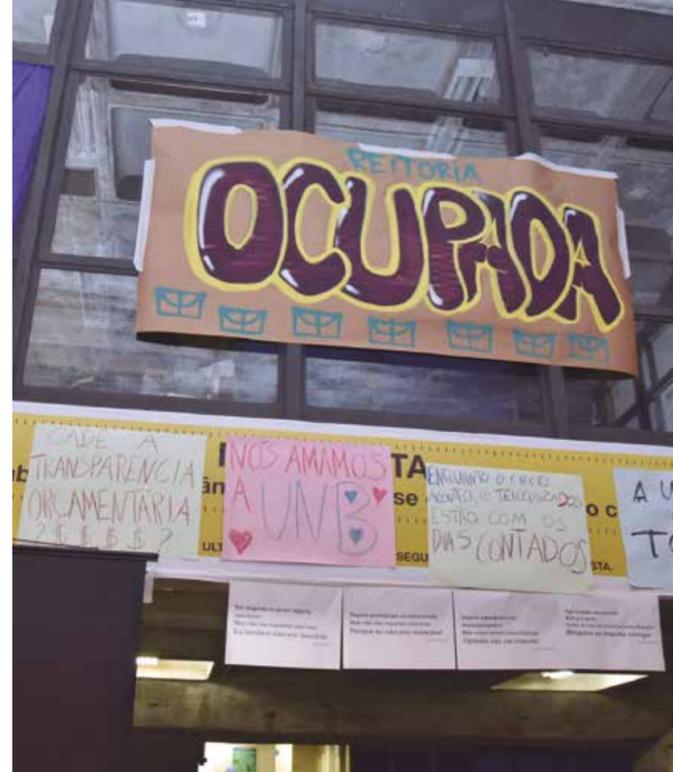


Foto: Joeline Bonfim

valor das refeições. Outras contenções também estão sendo analisadas.

Em busca de uma solução, estudantes da universidade fizeram uma manifestação na porta do Ministério da Educação, no dia 10 de abril, cobrando da pasta a liberação de recursos para tirar a UnB de sua pior crise financeira. Como resposta, receberam da Polícia Militar gás de pimenta e bombas de efeito moral.

Asfixia financeira - Em dezembro passado, o orçamento anunciado para as federais em 2018 veio com uma mudança: pela primeira vez, apenas metade do dinheiro destinado a investimentos (gastos com obras e compra de máquinas) estará diretamente disponível para uso. O restante será controlado pelo Ministério da Educação, que decidirá caso a caso para onde direcionar os recursos.

A asfixia financeira estende-se às 63 universidades federais do País, mergulhadas em vultosas dívidas com fornecedores e forçadas a renegociar contratos com prestadores de serviços. Da mesma forma, tornou-se comum o cancelamento de congressos e eventos acadêmicos, e a suspen-

são de estudos de campo.

Em nota, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) conclama a sociedade a cobrar do Governo Federal ações emergenciais visando o reequilíbrio orçamentário e financeiro das universidades públicas federais e a recomposição de seus orçamentos. A Andifes alerta que os problemas orçamentários e financeiros vivenciados são agravados, ainda, pela existência da Emenda Constitucional nº 95/2016 e podem significar não apenas a perda de recursos de investimentos para 2018, mas pelos próximos 20 anos.

“As melhores universidades brasileiras são públicas; é nessas universidades que se oferece a melhor formação de profissionais de nível superior; é nas universidades federais que são titulados mais da metade dos mestres e doutores do país; e é nas universidades federais que se produz parte expressiva da ciência e da inovação que geram riqueza e renda para a sociedade brasileira. Por isso, o que está em risco é o futuro do país, não apenas o pagamento das contas do ano”, destaca a nota.

ESCOLA SEM PARTIDO: ESCOLA SEM JUÍZO

É no contexto do golpe político de 2016 que se deve analisar o Projeto Escola Sem Partido. Esse projeto visa a eliminar a discussão ideológica no ambiente escolar, restringir os conteúdos de ensino a partir de uma pretensa ideia de neutralidade do conhecimento.

Trata-se de uma elaboração que contraria o princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, assim como o da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, considerando como válidos determinados conteúdos que servem à manutenção do status quo e como doutrinários aqueles que representam uma visão crítica.

Em Nota Técnica, o Ministério Público considerou que o PL Escola sem Partido é inconstitucional porque “está na contramão dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, especialmente os de ‘construir uma sociedade livre, justa e solidária’ e de ‘promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação’”.

É importante lembrar que ainda tramita na Câmara dos Deputados o PL nº 867/2015, de autoria do deputado Izalci (PSDB-DF), que pretende alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para a inclusão do “Programa Escola Sem Partido”.

O movimento político de direita na educação, “Escola Sem Partido”, que dissemina concepções e práticas preconceituosas, discriminatórias e excludentes, foi impulsionado nacionalmente para propagar ideia de que os estudantes são alvo de doutrinação política e de que os valores morais da família são afrontados por uma suposta ideologia de gênero na escola.

O projeto “Escola sem Partido”, com seus propósitos de eliminação da política como esfera de debate e formação do pensamento livre, tornou-se um instrumento de disputa para respaldar os retrocessos no campo dos Direitos Humanos que se efetivaram com o golpe de 2016.

A estratégia do movimento chamado “Escola Sem partido” é enfrentar o projeto político educacional de transformação que exigiu rupturas com a concepção de educação fundamentada na visão elitista, conservadora, meritocrática, mercadológica e patriarcal que se revelava discriminatória, segregadora e excludente.

Cabe lembrar que o golpe foi forjado em um contexto de propagação do ódio, de um jogo mi-

diático da encarnação do “mal” em militantes de esquerda, de incitação à violência contra feministas, população LGBT e ativistas de movimentos sociais e dos Direitos Humanos. É nessa conjuntura de ataques aos Direitos Humanos que se situa o Projeto Escola Sem Partido.

De acordo com o diretor de Políticas Sociais do Sinpro-DF, Yuri Soares Franco, “o principal problema da Escola sem Partido é que ela deveria chamar-se ‘escola da doutrinação política-ideológica do pensamento único’. Isso porque não existe conhecimento neutro. O que esses setores querem, na verdade, é que a escola sirva somente como ferramenta de reprodução da ideologia dominante, da ideologia excludente e da política do governo ilegítimo Temer - representante do neoliberalismo”, disse.

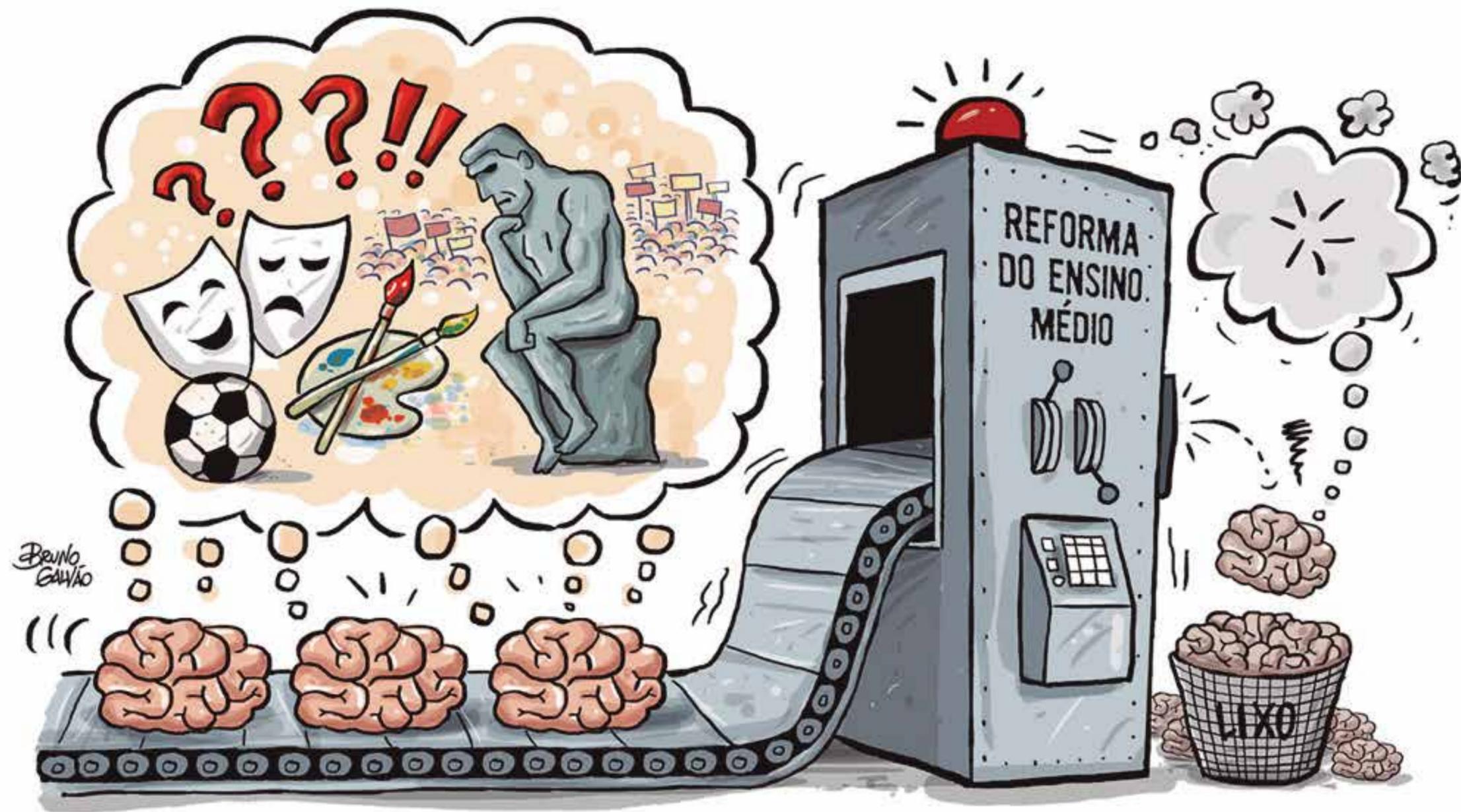
Para Yuri, o que nós temos visto é justamente isso. “Eles querem o desmonte do pensamento crítico na educação para, a partir daí, dominar melhor o povo e explorá-lo mais. Por isso eles atacam o pensamento crítico na escola; por isso eles querem retirar as disciplinas de Filosofia e Sociologia do currículo, como obrigatórias; por isso eles querem atacar a forma como o ensino de História é ministrado; por isso eles querem que não seja feita a discussão de gênero, de economia, de sociedade, de mundo na escola”.

E complementa: “por isso é que nós - Sinpro-DF, CNTE, CUT, movimentos sociais - temos chamado, sempre, esse ideário de ‘escola com mordaca’, vez que o princípio é amordaçar o ensino, amordaçar os professores. O objetivo é proibir os educadores de discutir de uma forma ampla o mundo e a sociedade, e construir o que eles querem na verdade: uma escola que restrinja o pensamento, que sirva para alienar e excluir ainda mais tanto professores quanto estudantes e a sociedade em geral. Trata-se de um retrocesso que impede a construção de projetos pedagógicos que possibilitem a escola de promover a reflexão crítica e plural, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, enfatizou o dirigente.



Sob aplausos do mercado financeiro, Temer empurra Reforma do Ensino Médio

A reforma do ensino médio do governo Temer, sustentada no paradigma de formar competências para o mercado do trabalho, vai na contramão da história porque retoma lógica neoliberal.



A função social da escola vai muito além das aspirações do mercado e não pode ser confundida com o fim último da Educação, que é o homem enquanto ser histórico.

O projeto propõe a profissionalização compulsória similar à implantada pela ditadura militar (LDB/71), cujo resultado catastrófico todos conhecemos. No mercado, o que serve hoje pode não servir amanhã. Os avanços tecnológicos passarão a exigir novas competências e o aluno que não tiver uma formação bási-

ca sólida não conseguirá se adaptar às novas exigências.

Subordinar a educação às necessidades do mercado significa aceitar a competência capitalista e negar uma concepção politécnica de Educação estruturada no senso crítico e na reflexão.

A imposição da reforma do ensino médio por meio de MP sem que haja um amplo debate com os sujeitos que fazem educação, professores, pais, alunos, universidades e entidades que constituem o Fórum Nacional da Educação é apenas o pano de fun-

do para uma estratégia de inclusão das escolas privadas no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB –, ampliando transferências de recursos para o setor privado, notadamente o Sistema S.

O equívoco político se expressa na desconsideração com os Estados Federados responsáveis por 86% das matrículas do ensino médio e aqueles que pensam a Educação no país, cujo acúmulo de experiências e práticas é inesgotável.

O maior equívoco é o de conteúdo porque consagra o princí-

pio da dualidade, ou seja, cursos para quem vai ingressar no mercado de trabalho e cursos para aqueles vão continuar seus estudos reforçando itinerários de escolas para elites e escolas de massa para formar alunos de um modo geral, contrariando princípios da educação cidadã que forma a partir da igualdade de acesso e oportunidades.

Esta nova arquitetura traz como marca a desorganização de todo o sistema de ensino e representa um ataque frontal à carreira docente porque permite a contra-

tação de professores não habilitados e, ainda, porque esvazia o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) do Magistério Público (Lei nº 11.738/2008), além de representar um aligeiramento na formação, desvinculação com a pesquisa e a desvalorização da escola como locus de educação integral.

Outro problema é que só existe oferta de ensino médio público regular em 55% dos municípios e, ainda assim, o quadro de professores é deficitário, dentro de um contexto de congelamento

de gastos aplicado pelo governo. Para conseguir implementar o novo ensino médio, a solução prática mais próxima da realidade seria dividir as escolas públicas nas cinco vertentes, o que levaria à criação de ilhas de referência e à limitação do acesso à educação.

No fim, o aluno da rede pública não terá a mesma possibilidade de escolha.

De acordo com a diretora de Política Educacional do Sinpro-DF, Regina Célia, a reforma do ensino médio, nos moldes em

que está sendo feita, é mais uma parte de um golpe contra a Educação. “Essa reforma vem para sucatear e desqualificar o ensino médio do Brasil, por exemplo, com o projeto de liberação de até 40% da carga horária total desta modalidade para que seja a distância. Isso significa dois dias de aula longe da sala de aula, o que é grave. Além do risco de fechamento de escolas, desqualifica o trabalho regular dos(as) professores(as), diminuindo assim a qualidade do ensino, bem como promove o aumento da evasão

escolar. Hoje, um em cada quatro estudantes, entre 15 e 17 anos, abandona seus estudos. Sem falar que a reforma faz com que os estudantes fiquem divididos em dois grupos; um que terá acesso a um ensino propedêutico e outro que terá acesso a um ensino técnico, de baixa qualidade, levando os jovens de família com renda mais baixa para subempregos, aumentando assim a desigualdade social, ao invés de oportunizar sua diminuição - que é objetivo de uma proposta de educação de qualidade”, explica a dirigente.

PROFESSORES E SINDICALISTAS AFIRMAM QUE PRISÃO DE LULA AGRIDE AS ELEIÇÕES



DORCAS DE CASTRO – orientadora educacional aposentada:

“Não tenho feito leituras mais densas da conjuntura, mas ela está aí e podemos ver a olhos vistos. A realidade atual é perversa e piorou após 2014, com a retirada da presidenta Dilma. Que não cometeu nenhum crime. E tanto é que no ano seguinte ao impeachment, as pedaladas fiscais deixaram de ser crime. Desde o primeiro mandato do governo Lula vimos os ganhos da classe trabalhadora. Não tivemos

chance de fazer uma mudança radical, mas sentimos os novos ventos no dia a dia. Professores tinham liberdade e direitos garantidos em todos os setores da vida. Mas quando se prende o ex-presidente Lula, prende-se o nordestino, o pobre, o negro, o indígena, a mulher. Prende-se o futuro da população mais carente e a possibilidade de prosperidade da classe trabalhadora”.

GENIL DE CASTRO PACHECO JR – professor da SEEDF no CEP/EMB:

“A prisão do maior presidente que o país teve confirma alguns fatos: o ódio e o preconceito de uma elite atrasada e hipócrita. Confirma o judiciário na vanguarda do golpe e explícita o desespero e medo de todos aqueles que Lula derrotaria no segundo turno das eleições”.



FRANCISCO JOSÉ DA SILVA (MANO) – professor da SEEDF/Eape:

“A prisão do ex-presidente Lula é uma tentativa do aparato burguês e antipovo do Estado de encarcerar a democracia do passado recente (antes do Golpe de 2016) e do futuro”.



OLGA FREITAS – professora da SEEDF, mãe, mulher, trabalhadora:

“A prisão de Lula, arbitrária e inconstitucional, é uma tentativa escancarada dos grupos de poder hegemônico minarem, a qualquer custo, as possibilidades de a classe trabalhadora alcançar vida digna com justiça social. Se pelas vias democráticas os defensores do grande capital se viram com os dias contados, a alternativa friamente calculada e com apoio explícito da mídia manipuladora, foi rasgar e jogar no lixo a lei máxima do país atacar o Estado democrático de direito. A prisão de Lula, decretada por um conluio entre fascistas dos Três Poderes, é mais uma etapa sórdida do golpe contra a democracia e a população brasileira, que pretende retirar-lhe, à força, a esperança de voltar a viver em um país mais justo e igual. Mas, eles nunca mais aprisionarão nossos sonhos!” #LulaLivre #MarilyneVive!



VIVIAN LOURENÇO LIMA – professora de geografia da SEEDF no CEF 01 Paranoá:

“A prisão de Lula significa a venda de nossa justiça ao grande capital. E acima de tudo significa ditadura ao proletariado, fim da esperança de ascensão de classe, significa implantação de estado mínimo. Maximização da pobreza!!”

RODRIGO RODRIGUES – professor da SEEDF e secretário Geral da CUT Brasília:

“Lula foi condenado sem nenhuma prova, num julgamento baseado em convicções ideológicas. Sua prisão descumpra as determinações legais e constitucionais. Rasgam-se os pactos democráticos, estabelecidos pela redemocratização e estabelecidos pela Constituição de 1988. A presunção de inocência é abandonada como princípio do direito no Brasil. Mas, acima de tudo, a perseguição e a prisão de Lula são carregadas de um enorme simbolismo. Em Lula está a síntese do acúmulo das lutas da classe trabalhadora brasileira, desde o combate à ditadura, passando pelo processo de redemocratização e o combate às injustiças e desigualdades do país. Ao prenderem Lula, querem aprisionar a esperança de mais direitos para a classe trabalhadora. Ao prenderem Lula, querem dizer que não devemos nos organizar”.



RODRIGO BRITTO - presidente da CUT Brasília:

“Prender o presidente Lula significa aprisionar o sonho de milhões de brasileiras e brasileiros que desejam um país democrático, com distribuição de renda, igualdade de direitos e oportunidades, inclusão social e sem miséria. Por isto, continuaremos juntos na luta pela liberdade de Lula e por seu direito de ser candidato para que o sonho de um Brasil melhor se torne realidade.”

RICARDO PACHECO – professor de história na SEEDF:

“Lula é a maior liderança política na história do Brasil. Seus mandatos de Presidente da República se materializaram em políticas públicas que melhoraram as condições de vida de milhões de brasileiros. A deposição de Dilma e a prisão de Lula são atos de um mesmo golpe, encetado por uma elite que pensa um país somente para 20 milhões de pessoas. A democracia precisa resistir ao avanço do Estado de exceção. Precisamos encontrar caminhos para que o povo brasileiro entre em cena e vire o jogo. Lula Livre!”



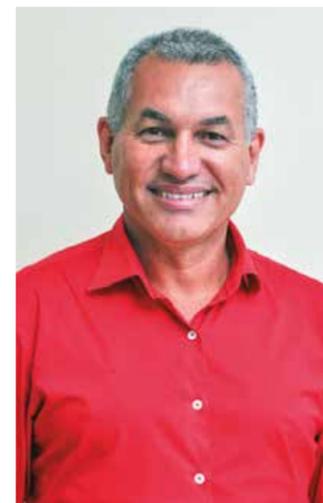
CLERTON EVARISTO – professor de geografia do CEDLAN, coordenador do Fórum Distrital de Educação e assessor da SEEDF:

“Nunca esteve mais presente o alerta do escritor peruano Ciro Alegria: ‘comuneiros’ temam a lei mais do que a peste’. Após a nossa breve experiência de vida democrática, processo em construção, vemos o estado de direito ser assaltado por forças conservadoras e pelo silêncio dos bons. A condenação e prisão, sem provas, de Lula é um assalto à democracia e lutar pela justiça é uma necessidade para todos aqueles que sonham com uma sociedade mais justa e menos desigual. Por isso, vamos gritar

bem forte, vamos manter a mobilização dos setores mais progressistas, vamos juntar forças com todos aqueles utópicos que sonham com liberdade e clamar com o povo: Lula livre!”

HELENO MANOEL GOMES DE ARAÚJO FILHO – presidente da CNTE:

“A prisão do Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva faz parte do processo do golpe que teve início em 2013 com as grandes manifestações manipuladas pela rede Globo de televisão. Eles tentam afiar a impedir que Lula seja candidato a Presidência da República para consolidar o golpe de vez. Com isto ficam mais a vontade para desmontar os direitos Humanos, Sociais, econômicos e trabalhistas que o povo brasileiro conquistou no período de 2003 a 2014. As medidas aprovadas após o golpe são terríveis para os mais pobres, retiram direitos sociais e trabalhistas. Por isso, devemos manter a resistência, ocupar as ruas cada vez mais para barrar os ataques da direita conservadora, que concentram renda, terras e os meios de comunicação, provocando grandes desigualdades sociais e econômicas em nosso país”



ANDRÉA SIMONE DE ANDRADE ROCHA RODRIGUES – pedagoga e integrante da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem (EEAA), CEF 02 Paranoá:

“Estamos vivendo momentos absurdos na educação com o congelamento nos investimentos por 20 anos, que inviabiliza a concretização das metas e estratégias do PNE, o fechamento de Institutos Federais, redução no número de vagas nas universidades federais, desvalorização do profissional da educação, a Escola sem Partido, conhecida como a “lei da mordaca”, inviabilizou ou extinguiu programas como o Pronatec, Ciências sem fronteiras entre tantas outras barbaridades. A prisão de Lula tira a possibilidade de revogar, de anular todas essas emendas antidemocráticas. É um ataque frontal aos direitos dos filhos e filhas da classe trabalhadora. Tira a oportunidade do negro, do índio e traz o retrocesso a educação. Como o próprio ex-presidente Lula disse uma vez: “Quando se passa a ideia de que investir em educação prejudica o orçamento do país, se abdica de construir uma nação!” #LulaLivre #EleiçõesLulaÉFraude”



NATALIA DUARTE – professora da socioeducação, atualmente na FUNAB/SEEDF, integrante do Fórum Distrital de Educação:

“Penso que a prisão de Lula é simbólica. Assim como a resistência que apomos a ela. Não dá pra fechar os olhos sobre o que está acontecendo no mundo. A crise de 2008 aflorou uma elite mundial desavergonhada (no sentido literal da palavra). Que naturalizou os processos de empobrecimento e violação de direitos e aparelhou o legislativo e o judiciário. Uma elite capitalista abusiva e opressora. Lula era contra-hegemônico: de esquerda, com opção de classe, fez uma inclusão que a população brasileira jamais havia experimentado: um mínimo de dignidade assegurada na CF. Por isso precisava ser preso. Um preso político em um estado de exceção!”



Brasil aprofunda Estado de exceção e inicia a cassada a lideranças de esquerda

Uma das principais vítimas da atual fase do golpe de Estado aplicado em 2016 é a vereadora do PSOL do Rio, Marielle Franco. Executada brutalmente no centro da capital carioca, ela denunciava os crimes da intervenção militar. É o recado intimidatório às lideranças que lutam por direitos sociais

A Anistia Internacional registra o aumento vertiginoso da violência contra pessoas que lutam por direitos sociais no Brasil. Seus estudos mostram que, nas Américas, o Brasil é o país que mais mata defensores de direitos humanos. De janeiro a agosto de 2017, 58 ativistas foram assassinados. Em 2016, foram 66. O Brasil responde por 75% dos assassinatos ocorridos em 2017 na região. O aumento da violência está diretamente ligado ao golpe de Estado aplicado em 2016.

A Pastoral da Terra confirma e indica que, em 2016, foram 66 lideranças rurais assassinadas; em 2017, foram 65; e, em 2018, até o mês de abril, foram 12 (dados parciais). O número de assassinatos em 2017 é o maior desde 2003. Isso possibilita fazer um paralelo com as décadas neoliberais no país. Dos anos 1990 a 2000, nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC), o país viveu dias violentos com tensionamentos criados, principalmente, pelo Estado.

“O massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17/4/1996, no governo de FHC, é um exemplo. A Polícia Militar do Pará, a mando do governador do estado, Almir Gabriel (PSDB), autorizou o ataque à manifestação que 1.500 sem-terra faziam na BR-155 contra a demora da desapropriação de terras para reforma agrária”, lembra Gabriel Magno, diretor do Sinpro-DF.

Nos governos neoliberais dos anos 1990,

o Brasil assistiu a uma das maiores repressões a uma greve de trabalhadores urbanos. FHC pôs tanques de guerra nas ruas para reprimir a greve dos petroleiros contra a privatização da Petrobras. E, desde então, tentam destruir a Fundação Única dos Petroleiros (FUP). No Distrito Federal, houve assassinatos de lideranças sindicais. No campo, os registros de mortes eram alarmantes.

“Hoje o ataque é semelhante, porém, mais acentuado. O golpe de 2016 põe em curso um projeto de Estado antipopular, ilegítimo, que não tem aprovação do povo, de retirada de direitos, de destruição do patrimônio nacional, venda das riquezas minerais e biológicas, privatização das empresas públicas e entrega do patrimônio e dos recursos naturais às multinacionais e aos países imperialistas. Como não tem respaldo popular, precisa de ser implantado à força”, explica.

Nesse cenário, a resistência social é atacada pelo próprio Estado e a violência visa a assegurar a aplicação desse programa. Daí a criminalização dos movimentos sociais, com assassinatos e aumento de presos políticos. O assassinato brutal da vereadora do PSOL no Rio de Janeiro, Marielle Franco, é uma demonstração de como o Estado de exceção usa seu braço armado para intimidar os defensores de direitos humanos e de como esse Estado dialoga com o crime organizado e o tem como aliado.

Contudo, essa situação remete a um debate que os movimentos sociais têm feito sobre a segurança pública acerca do papel da Polícia Militar, criada no Império e que teve seu papel militarizado reforçado e consolidado na ditadura militar de 1964. “O Brasil é um dos poucos países do mundo com uma polícia militarizada. As consequências são os assassinatos de inocentes, da população das periferias, dos jovens negros, que enfrentam um genocídio similar ao dos indígenas dos primeiros anos do “Descobrimento”, observa o sindicalista.

O golpe de 2016 acentua a criminalização da política. “Num paralelo com outros momentos de exceção do Brasil, a única saída é o enfrentamento. É içar a bandeira da democracia. A luta por liberdades e direitos e a garantia das organizações dos trabalhadores voltam a ser a centralidade da luta social”, denuncia Magno.

“Essa situação denota que o Brasil atravessa a terceira etapa do golpe aplicado pelo PSDB-PMDB-DEM, e outros menores, como o PP, todos financiados pelo sistema financeiro e outros empresários nacionais e internacionais. Aprofunda o ataque à democracia, às liberdades e aos direitos de livre organização. Incita as perseguições a lideranças de esquerda. E se inicia com a militarização do país a partir da intervenção militar no Rio de Janeiro. Entendemos que essa intervenção é uma nova frente do golpe”, observa Meg Guimarães, diretora do Sinpro-DF e vice-presidenta da CUT Brasília.



Assassinato de Marielle gerou manifestações no Rio de Janeiro, ao redor do Brasil e em várias partes do mundo

A militarização das unidades federativas é a materialização do Estado policial de exceção, porém, diferente de 1964, porque reúne novos elementos, que, combinados, atacam a democracia de várias formas. “Nesse quadro de militarização e de implantação do Estado policial, é importante destacar o papel do Poder Judiciário. Ele é o principal articulador do golpe de 2016, apoiado por uma maioria de parlamentares do Congresso Nacional financiados pelos empresários nacionais e internacionais interessados na expropriação das riquezas do Brasil e da vida dos trabalhadores”, diz a diretora.

Ela ressalta que o golpe é apoiado pela grande mídia e tem como principal mentor, articulador e financiador, o capital financeiro norte-americano e países imperialistas, sempre com destaque para os EUA, entre outros países hegemônicos. Conta com o capital financeiro nacional, grandes interessados nos produtos que esse golpe de 2016 visa a criar. Ele foi aplicado para transformar direitos sociais e humanos contidos na Constituição em mercadoria.

Os bancos planejam transformar a Previdência Social, a Saúde, a Educação, a segurança pública, a água e tudo o mais em mercadoria para lucrar mais do que o

que já lucram diariamente com o sistema da dívida. Para isso, o país assiste à politização do Judiciário e à judicialização da política. “Por isso que a gente fala que o golpe de Estado de 2016 tem implantado pari passu o Estado policial de exceção pelas mãos do Poder Judiciário”, diz a diretora.

“O exemplo concreto desse papel do Judiciário é a prisão sem provas do ex-presidente Lula. Trata-se de uma prisão política porque não existem provas concretas que possam incriminá-lo. O Judiciário argumenta que o prendeu por convicção. “Por isso dizemos que defender a liberdade de Lula, é defender a democracia. Defen-

der o direito de Lula ser candidato nas eleições deste ano e, sobretudo, a sua liberdade, significa defender a democracia. Ou seja, o conteúdo #LulaLivre não é só uma moda, uma hashtag”, esclarece.

Trata-se de conteúdo mais profundo que representa os anseios da classe trabalhadora e a luta pela soberania nacional. “Ou seja, é a negação de todas as formas de prisão a que estamos sendo submetidos pela ação criminosa do golpe de Estado de 2016. A defesa da liberdade de Lula é uma tarefa de quem defende a democracia. E quem reivindica a democracia hoje são os movimentos sociais e os partidos de esquerda”, finaliza.

JORNADA DE LUTAS

1º de Maio Unificado da Classe Trabalhadora torna-se momento de engajamento e luta



Foto: Ricardo Stuckert

Trabalhadores e trabalhadoras de todo o Brasil se reuniram em Curitiba. Ato pediu respeito à democracia brasileira

A cidade de Curitiba transformou-se em palco de um feito que não ocorria desde o processo de redemocratização do Brasil. A CUT realizou, juntamente com outras Centrais Sindicais (FS, UGT, CTB, NCST, CSB, Intersindical) um enorme ato nacional e unificado. O 1º de Maio Unificado da Classe Trabalhadora foi um dia histórico, massivo, com ampla participação de dirigentes sindicais, militantes, trabalhadoras(es) do campo e da cidade, vindos em caravana do interior do Paraná e de diversos estados do país, tendo a participação de movimentos populares articulados pelas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo. Mais de 40 mil trabalhadores e trabalhadoras se manifestaram na capital paranaense.

A decisão de organizar um ato dessa magnitude levou em conta a importância de fortalecer a luta pela liberdade do ex-presidente Lula e o significado desta luta para o futuro da democracia brasileira e da própria classe trabalhadora. Sob o mote “Em defesa dos direitos, da democracia e de Lula livre!”, os militantes reforçaram em Curitiba que “o destino de Lula será o destino da democracia”.

“Vivemos um momento crucial em que está em jogo o futuro do país e da classe trabalhadora. E é preciso dar uma demonstração de força contra os golpistas que tomaram de assalto o poder, desde o impeachment da Presidenta Dilma, e que vêm implementando uma agenda contrária aos interesses populares e à soberania nacional”, disse o Secretário Geral da CUT Nacional, Sergio Nobre.

“Seu ato recente mais nefasto foi a prisão injusta de Lula, com o objetivo de impedi-lo de participar das eleições presidenciais de outubro, quando todas as pesquisas o indicam como candidato favorito, situação que coloca a questão da sua liberdade no centro da luta política brasileira. Defender Lula é defender a democracia e lutar pela derrota do golpe no Brasil”, enfatizou o diretor de Políticas Sociais do Sinpro-DF e secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativos da CNTE, Gabriel Magno.

“É fundamental mostrar como o atendimento das reivindicações dos(as) trabalhadores(as) de emprego para todos, melhores salários, melhores condições de vida e de defesa dos direitos – nenhum direito a menos – está diretamente relacionado com a defesa da

democracia, de eleições livres, da liberdade de Lula e do seu direito de ser candidato. Precisamos derrotar os golpistas para reverter as medidas que implementaram contra os interesses do povo e para criar condições de atender as demandas históricas da classe trabalhadora”, explicou o dirigente, lembrando que este foi o primeiro Dia do Trabalhador comemorado sem a CLT.

Por isso mesmo, a luta pela liberdade de Lula representa a luta pela ampliação do emprego, pela derrota do congelamento dos recursos da saúde e da educação, pela garantia dos programas sociais, pelo retorno do crescimento da economia, pelo fim da venda das mais rentáveis e estratégicas empresas públicas.

O dia também foi momento de encontro e confraternização, ocasião para compartilhar experiências e recarregar energias, renovar a esperança e projetar sonhos: que país queremos para nós, no presente, e para as gerações futuras de trabalhadores(as)?

Durante o ato, a senadora Gleice Hoffman, presidente do PT, destacou a importância da mobilização, agradeceu a todos envolvidos para que o 1º de maio fosse tão grande e leu uma carta de Lula direcionada aos trabalhadores. Entre outros pontos, a mensagem destaca que a classe trabalhadora vive um momento de tristeza, mas que ainda há esperança e que “a nossa democracia está incompleta, com um presidente que não foi eleito pelo povo no poder”. Lula encerra sua carta dizendo que a esperança que retomamos neste 1º de maio unificado não é apenas um dese-

jo, é algo que buscamos em nossa luta democrática em todos os dias. Ela nos fortalece para superarmos o triste momento presente e para construir um futuro de paz e prosperidade. Viva o Dia dos Trabalhadores! Viva os trabalhadores brasileiros! Viva o Brasil!”

Brasília – No Distrito Federal, mais de cinco mil pessoas participaram das atividades promovidas pela CUT Brasília. Movimentos sociais pediram liberdade para Lula, protestaram contra as leis que retiraram os direitos da classe trabalhadora e a privatização da Eletrobras.

“Quando no ano passado rasgaram a CLT, rasgaram os direitos da classe trabalhadora com a nova legislação trabalhista. Então, marcam este 1º de maio o retrocesso, o desemprego. É um 1º de maio no qual vários trabalhadores e várias trabalhadoras estão sendo penalizados. E nós temos que estar em luta constante para reconquistar esses sonhos, o que passa pela luta contra a criminalização dos movimentos sociais e sindical, contra o extermínio de companheiros e companheiras que lutam pelas causas sociais, e passa também pela defesa da liberdade de Lula e pelo direito de ele ser candidato à presidência em 2018, porque Lula significa o sonho de milhões de brasileiros e brasileiras”, afirmou o presidente da CUT Brasília, Rodrigo Britto.

O dirigente acrescentou que este foi um 1º de maio “que mostrou a unidade contra os ataques vindos com o golpe de 2016 e, principalmente, a força e a determinação do povo em reconstruir o Brasil”.

CLDF quer

IMPOR

Educação Moral e Cívica no currículo escolar

As forças do atraso não conhecem limites e querem a todo custo reviver situações superadas pela sociedade e que se tornaram página virada – que deve ficar na história como exemplo de como não fazer as coisas.

As forças do atraso não conhecem limites e querem a todo custo reviver situações superadas pela sociedade e que se tornaram página virada – que deve ficar na história como exemplo de como não fazer as coisas.

Inspirado em decreto da ditadura militar, o deputado distrital Raimundo Ribeiro (PPS) parece saudoso e trouxe de volta um entulho autoritário chamado “Educação Moral e Cívica” para as escolas do Distrito Federal. A matéria deverá constar como conteúdo transversal nos currículos das redes pública e privada de ensino do DF dentro de 120 dias, conforme prevê a Lei nº 6.222/2018 – aprovada pela Câmara Legislativa e publicada no Diário Oficial do dia 9 de março último.

A lei determina que sejam incluídos conteúdos cívicos, como a história da Bandeira e do Hino Nacional, por exemplo.

Raimundo Ribeiro se baseou livremente no Decreto-Lei nº 869, de 1969, assinado pelo general Costa e Silva. A lei defende o “fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana”, o “aprimoramento do caráter, como apoio moral, na dedicação à família e à comunidade”, e o “preparo do cidadão para o exercício

das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva visando ao bem comum”. Os argumentos são os mesmos publicados há quase 50 anos. “Não tive inspiração militar, sou professor e advogado da União. Não me baseei no decreto-lei, mas é claro que tudo me serviu como fonte de consulta, inclusive ele. Uma das coisas boas que os militares fizeram foi essa demonstração de amor à pátria”, afirma o parlamentar, esquecendo-se que na justificativa do projeto repete expressões inteiras do Decreto-Lei 869.

Para a diretora de Política Educacional do Sinpro, Berenice D’arc, a medida – além de criar uma confusão jurídica, pois colide com diversos dispositivos legais – revela desconhecimento do funcionamento da escola. “Se não bastasse a péssima intenção do deputado distrital, toda a forma da proposta tramitou sem nenhum debate com a comunidade e tampouco com os(as) estudantes, educadores(as) ou pais e mães”.

A dirigente explica ainda que “a proposta de resgatar valores cívicos não escamoteia a sua pior intenção: trata-se de uma proposta que rompe com a autonomia das escolas e

pretende impor uma espécie de ‘Escola Sem Partido’ no Distrito Federal, onde essa proposta, inclusive, já foi derrotada”.

Quanto ao conteúdo propriamente dito, Berenice diz que a inserção da disciplina de Educação Moral e Cívica nos currículos das escolas públicas e privadas de Brasília não leva em consideração que o conteúdo invocado para essa disciplina já consta nas outras disciplinas transversais e áreas de conhecimento do currículo, já aprovados pelos conselhos de educação, tanto distrital quanto nacional.

O Sinpro-DF vai ingressar com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) por entender que a Câmara legislou em um setor que não é de sua competência.

Retrocessos – De acordo com Erasto Fortes, doutor em Educação pela Unicamp e professor aposentado da Universidade de Brasília (UnB), a experiência do Brasil com a “Educação Moral e Cívica” foi terrível. “Existem inúmeros estudos e pesquisas mostrando que era um processo de adestramento da juventude para a doutrina de segurança nacional, de interesse do estado ditador. É um retrocesso que não tem cabimento no ponto de vista da educação”, afirma.

Homologada no dia 20 de dezembro passado, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) referente à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental começa a valer em todo país. De acordo com o parecer e a resolução normativa do Conselho Nacional de Educação (CNE), as redes já podem começar a trabalhar na implementação da política.

Já no início de abril de 2018, o Ministério da Educação (MEC) entregou ao CNE a parte do Ensino Médio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Vale lembrar que o CNE foi reformulado por Michel Temer e seu Ministro da Educação, Mendonça Filho – logo após a instalação do governo provisório e antes de ser concluído o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Nunca houve dúvida de que se trata de um colegiado submisso. O resultado é uma BNCC fraca, que não irá cumprir com sua missão: orientar o trabalho docente. Pelo contrário, servirá apenas para controlá-lo e desvalorizá-lo ainda mais.

A existência de uma base curricular comum foi prevista na Constituição Federal, de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, e no Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014. Em 2015 começou a construção do documento.

Embora o texto tenha começado a ser debatido durante o governo Dilma Rousseff, o produto final não permite dúvida: o currículo homologado no Palácio do Planalto expressa a visão de educação do governo Michel Temer. Construído por um processo de participação fantasioso, ignorando a pedagogia e pautado pelo obscurantismo, o documento curricular de Temer servirá, no final, apenas para submeter as professoras e os professores a processos de controle.

Representando os interesses do mercado financeiro, os ultraliberais ditam o programa de governo, advogando – essencialmente – que a Constituição Federal não cabe no orçamento público. Por

A ELITE DO ATRASO E A BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM

decorrência lógica, para eles, o povo brasileiro não cabe no orçamento público. Um pressuposto absurdo e inaceitável, mas em vigor no país desde a promulgação da EC 95/2016 – que congelou por 20 anos os gastos públicos federais em educação, saúde e assistência social; e todas as demais áreas.

Austeridade econômica – Relatada no Conselho Nacional de Educação por José Francisco Soares e Joaquim José Neto Soares, dois especialistas em avaliação de larga escala e ex-presidentes do Inep – autarquia que, infelizmente, tem sido reduzida à aplicação de testes padronizados –, a BNCC será mais útil para o exercício de um controle antipedagógico do trabalho docente, do que para dar apoio e subsídios ao trabalho das educadoras e dos educadores.

A base curricular praticamente recria a experiência de séries no ensino fundamental, conflitando com a lógica pedagógica mais avançada de ciclos. Orientada por supostos direitos de aprendizagem, a BNCC reduz o trabalho pedagógico dos professores com os alunos a uma lista de conteúdos que devem ser cumpridos e (equivocadamente) transmitidos, tornando o processo de ensino-aprendizagem mimético, irrefletido e irrealizável. A alteração que o CNE efetuou para os ciclos não atinge as escolas da rede pública do DF. Porém, atinge apenas as escolas da rede privada, que poderão optar ou não em ficar na escola ciclada. Na rede pública de ensino, em especial o primeiro bloco (ou Bloco Inicial), continua como está.

Qualquer curso profissionalizante que o estudante do ensino médio vier a fazer pode ser considerado no cômputo das horas do processo ensino-aprendizagem. “O que é um curso profissionalizante? É um curso de corte e costura, de padeiro, de cabelereiro, de manicure, de camareira, de eletricista, entre outros. Enfim, é um curso de duração de cerca de 80 horas de duração e qualquer cidadão pode fazer, a qualquer tempo, em instituição privada. Abater essas horas da carga do ensino médio é outro grande absurdo”.

O terceira questão diz respeito à possibilidade de abater horas de qualquer trabalho voluntário do total de horas do processo ensino-aprendizagem do ensino médio. “São três absurdos que vêm a prejudicar ainda mais o ensino médio, comprometendo a futura geração da sociedade brasileira”, disse a dirigente, conclamando a todos(as) a se manifestarem junto ao presidente do CNE, Eduardo Deschamps, para que essa proposta não seja aprovada; que a sociedade brasileira, que os profissionais da educação e os estudantes não querem este absurdo na formação dos nossos adolescentes. O endereço para protestar é presidenciamec.gov.br.



Marta Vanelli
Secretária de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Do sonho ao pesadelo: Educação perde com mudanças nos royalties do petróleo

Mudanças no lucro do pré-sal vem ocorrendo desde 2013, com a corrida de setores para morder parte da receita. Hoje, Educação pode receber menos que 50%, percentagem que era de 90% quando a reserva foi descoberta



Meg Guimarães
Diretora da Secretaria de
Formação Sindical do Sinpro-DF

Há pouco mais de dez anos (2007), quando eram descobertas grandes reservas de petróleo no pré-sal, o sentimento no Brasil se mesclava entre desconfiança, incredulidade e esperança. Com o passar do tempo, a descrença, em grande parte difundida pela grande mídia, passou a ser de euforia. E o sentimento tinha motivo: a produção nas bacias de Campos e Santos saltou de 45 mil bbl/dia para 1,2 milhão bbl/dia em 2010. Do total de petróleo produzido no Brasil entre janeiro e agosto de 2017, 48% vieram de 84 poços em campos do pré-

-sal. Em meio a todo recurso que esta reserva iria gerar, o setor da Educação surgiu como a grande beneficiada, fruto da importância dada pela então presidenta Dilma Rousseff ao setor.

Ao ser sancionado por Dilma em 2013, o texto do projeto destinava 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a Educação. Na ocasião, o então ministro da Educação, Aloizio Mercadante, declarou que os royalties trariam a receita "mais promissora do Estado brasileiro". Dilma lembrou que se tratava de "darmos um sal-

to de qualidade de ensino no Brasil e em todas as atividades, da criação científica até a economia". O salto foi tamanho que, mesmo com o processo de extração ainda no início, o Brasil se transformou no terceiro país que mais evoluiu nos últimos anos graças ao investimento em educação.

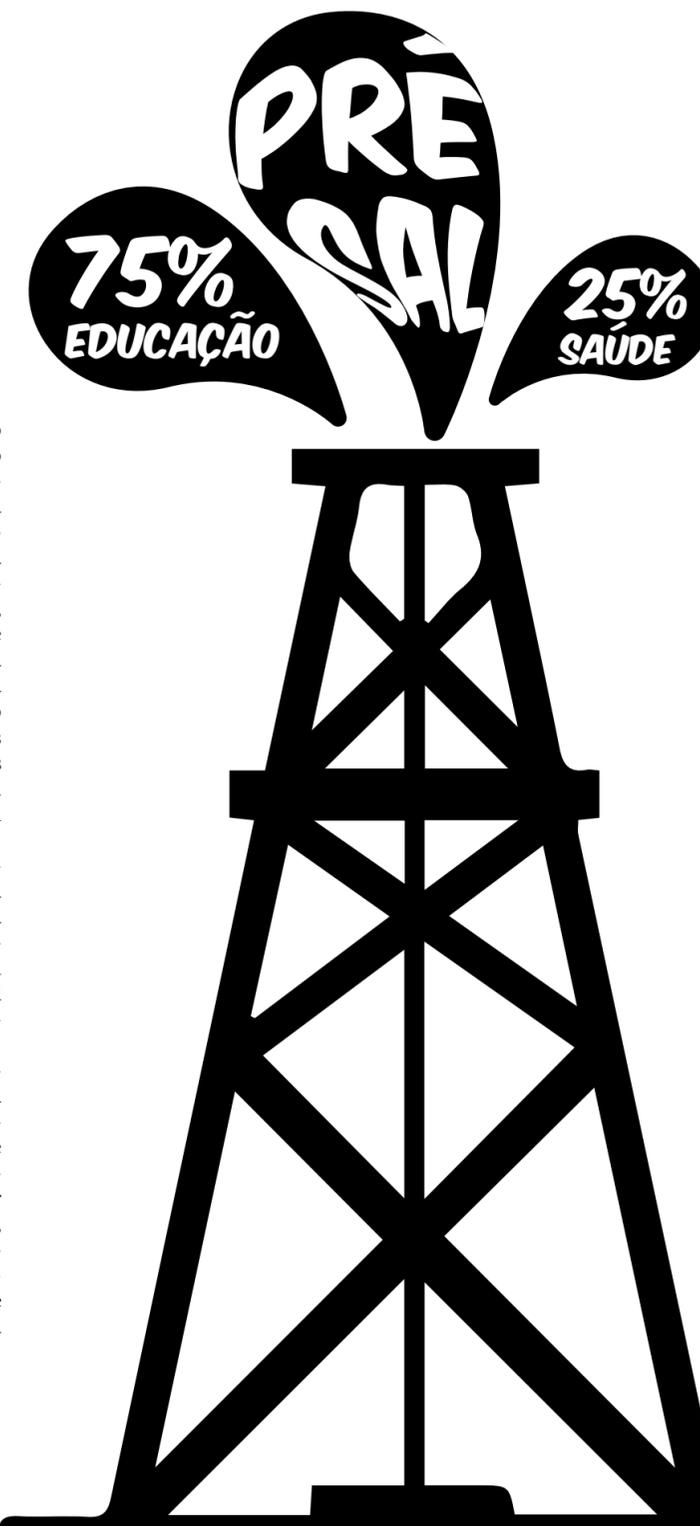
Com o passar do tempo, o que era motivo de ridicularização se transformou em cobiça por parte de políticos, estados, de setores da sociedade em geral e, principalmente, do capital internacional. Com o objetivo de abocanhar grande parte destes recursos, o Senado Federal aprovou, em julho de 2013, um projeto de lei que derrubou pela metade o repasse para a Educação. Com isso e graças à briga entre os estados produtores, o repasse caiu 53,43% - de R\$ 209,31 bilhões para R\$ 97,48 bilhões, segundo dados da Consultoria Legislativa de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos da Câmara Federal, com dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

O golpe mais duro foi dado em 2016, com a aprovação do PLS 131/2015, do senador José Serra (PSDB), que revoga o atual regime de partilha do pré-sal e retira da Petrobrás a obrigatoriedade de ser a única operado-

ra da reserva. Tido pelo governo Temer e por todo grupo político que fomentou e organizou o golpe contra a democracia como a cereja do bolo, a reserva do pré-sal teve nova perda significativa com a mudança no marco regulatório do Pré-sal. A medida, segundo a diretora do Sinpro e vice-presidente da CUT Brasília Meg Guimarães, é um ataque à soberania nacional, já que abre o flanco para entregar a Petrobrás e as reservas do pré-sal para as multinacionais (Shell, Chevron e Exxon), que tem interesse em abocanhar o petróleo brasileiro.

Na prática, a mudança no marco regulatório do petróleo acaba com o regime de partilha e passa a adotar o antigo regime de concessão, como era no governo FHC. A Petrobrás fica à mercê do capital financeiro internacional e das petrolíferas estrangeiras.

Meg Guimarães finaliza dizendo "que a saída é aumentar a resistência, fortalecer a mobilização, inclusive das entidades que agrupam os sindicatos da educação no Brasil (CNTE), fortalecer o Fórum Nacional de Entidades, a CONAPE, mostrar a importância do PNE e garantir que continuemos de pé para defender que tenhamos mais recursos para a Educação pública".



Recursos do pré-sal

antes do golpe:
75% para Educação
25% para Saúde

depois do golpe:
100% para as
empresas estrangeiras





Prisão de **LULA**: um ataque à democracia e uma fraude nas eleições

Foto: ©Francisco Proner Ramos

Como em 1964, o golpe de Estado de 2016 se inicia com a desconstitucionalização do país e se aprofunda com a desdemocratização da Nação



Foto: Ricardo Stuckert

“A prisão de um cidadão acima de qualquer suspeita, para usar uma expressão de indicação de privilégio e impunidade, não é um ataque à democracia em geral. Contudo, a prisão de Lula, tal como é posta no debate político, é sim um ataque e uma ameaça à democracia”. Essa é a avaliação de José Geraldo de Sousa Junior, ex-reitor e professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB).

Ele considera essa prisão um atentado contra a democracia “porque ela indica, no debate jurídico e sociológico e no processo de formação de opinião, uma ação seletiva da institucionalidade precária – e precária hoje por causa das características do processo de afastamento da Presidenta da República que, formalmente, se apresentou numa ação constitucional do impeachment, mas que

todos têm a percepção de que foi um golpe de Estado de caráter parlamentar, midiático e, em virtude do acompanhamento do processo legal, é também de caráter judiciário”.

Para o professor, o caráter judiciário está estampado nas ações do Supremo Tribunal Federal (STF) porque não tomou posição de julgamentos, ainda que provocados, desde a restauração da legitimidade constitucional sobre as condições impróprias e condução do impeachment aos juízes locais, que têm posto por terra todos os princípios em razão dos quais o significado democrático da Justiça foi construído no Brasil, sobretudo, após a Constituição de 1988.

“Dentre esses princípios, estão o da presunção de inocência, o da neutralidade da Justiça, do devido processo legal, e da con-

dução de sistemas de instrução judicial que prevenissem a seletividade ou a caracterização do juiz que, mesmo quando juiz natural e no caso de dúvida se é, ele se apresenta como um órgão que, evidentemente, tem posição hostil quase que inimiga e adversária do réu”, afirma.

José Geraldo diz que o país assiste inerte a questionamentos desse processo no âmbito das instituições internacionais de salvaguardas de direitos humanos, como é o caso das escutas telefônicas, que a Corte Interamericana mostrou ser ofensivo ao devido processo legal, e a maneira apertadamente corporativa concertada de articulação entre Ministério Público, Polícia Federal, Justiça de 1º Grau e o Tribunal de 2ª Instância, que faz e indica a ocorrência de uma espécie de “combinemos” para efeito de suprimir uma can-

didatura com alta aceitação popular do embate eleitoral, que é a forma pela qual, numa democracia, o processo de constituição da governança é legitimado.

“E, nesse caso, com fraude à consulta popular quer seja no afastamento da Presidenta da República (eleições de 2014) quer seja na subtração do processo eleitoral da candidatura com maior visibilidade social que a gente já viu na história do país (eleições de 2018 sem Lula), isso indica que os setores articulados por diferentes motivações das corporativas às de classe; das que sustentam a hierarquia de certas funções na cultura política àquelas que disputam o Orçamento público; setores econômicos, que estão atuando para suprimir a liberdade eleitoral de consulta da legitimação popular dos governantes. Então, acho que é uma

ameaça à democracia por todos esses aspectos”, assegura.

Todas as análises aprofundadas, veiculadas em livros, entrevistas, artigos de fundo etc. mostram que a democracia brasileira está sob ataque, que atinge todos os setores da vida dos brasileiros. Todas as abordagens revelam a caracterização da conjuntura como a de operacionalidade de um golpe de Estado. Trata-se de um ataque à Constituição Federal de 1988.

“O afastamento da Presidenta da República, com as características mencionadas anteriormente, é apenas um item do processo de substituição de um programa de governo, de um projeto de sociedade, que havia sido escrito na Constituição de 1988 sob a forma de institucionalização de uma democracia participativa, que tem fundamento na ativação dos instrumentos de deliberação or-

ganizada da sociedade e de controle social das políticas públicas, em vários dos sistemas que a Constituição indicou, sistema urbano, de saúde, de Justiça, e que nas configurações derivadas do momento do afastamento da Presidenta da República levou a uma espécie de revisão constitucional profunda, semelhante àquela que os militares de 1964 fizeram com os Atos Institucionais (AI) ainda que mantendo a Constituição de 1946 em vigor”, explica o professor de direito da UnB.

No caso atual, os AIs foram substituídos pelas Propostas de Emendas à Constituição (PEC) que limitam os gastos sociais e favorecem a transferência dos investimentos do Orçamento público para o sistema econômico-financeiro, o rendimento dos juros do endividamento do país e as medidas, denominadas

PECs, de reforma trabalhista e da Previdência, mostrando, que, no fundo, o golpe foi contra a Constituição porque saiu daquele projeto emancipatório de ampliação de direitos, de reconhecimento do protagonismo social, de valorização do que na Constituição significava a predominância do fundamento social sobre o econômico e sobre o financeiro, função social da propriedade, saúde e educação como bens sociais e não como mercadorias e que se traduz no golpe como um golpe de desconstitucionalização e desdemocratização e, portanto, em última análise, um golpe contra os trabalhadores porque atinge bem forte o núcleo de reconhecimento do papel protagonista dos trabalhadores na construção da sociedade.

Rosilene Corrêa, diretora do Sinpro-DF, por sua vez, afirma que o ataque à democracia atin-

ge a Educação e o artigo 206 da Constituição Federal. “Esse artigo diz que o ensino é ministrado com base, entre outros princípios, no da liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar o pensamento. O golpe instala aí uma tragédia que só não se consumará de todo se a nossa consciência crítica na educação, na política e na luta por direitos não colocar de novo em posição de defesa a democracia, e outros, na defesa da democracia, entre muitos itens dessa agenda de luta, está o de denunciar a ação inconstitucional e ilegal da prisão de Lula e o das formas de interdição que estão colocadas dentro dessa perspectiva, citada pelo professor José Geraldo, desconstitucionalizadora e desdemocratizadora em curso que também alcança os trabalhadores de um modo geral”.



A OFENSIVA CONTRA A CLASSE TRABALHADORA E OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

*Por Rosilene Corrêa

A Constituição de 1988 se efetivou enquanto pacto social e democrático estabelecido no Brasil, com avanços significativos nas mais diferentes áreas. Esse pacto foi rompido com o impedimento da presidenta Dilma, afastada do cargo pelo Congresso Nacional sem que houvesse crime de responsabilidade e que se configurou no golpe que colocou o país em um tempo de exceção.

Para apoiar o golpe as questões de gênero, a misoginia, o sexismo e a herança de uma cultura que se forjou no patriarcado foram fortalecidas, foram ingredientes relevantes para influenciar a opinião pública.

Os setores conservadores da sociedade se uniram à elite econômica e principiaram a redefinição das decisões políticas relativas aos direitos sociais e trabalhistas e à diminuição das liberdades democráticas.

A cada dia a situação tem se agravado; o conservadorismo avança e tenta encurralar o pensamento crítico, a ação coletiva, a livre manifestação, estimulando, por um lado, o analfabetismo político e, por outro, o avanço do fascismo.

O já desacreditado poder Legislativo perdeu o pouco da dignidade que lhe restava. O Poder Judiciário passou a ser desacreditado pela sociedade. O Poder Executivo praticamente não existe. Com isso, a sociedade se sente acéfala das três instituições representativas da República como se órfã estivesse.

O marco dessa conjuntura se deu com a prisão do ex-presidente

Lula, que sem provas foi condenado e conduzido à Polícia Federal onde isolado está até hoje e, como nos regimes de exceção, impedido inclusive de receber visitas.

O cerco às organizações democráticas e a destruição dos espaços de participação popular estraçalham a democracia e a cidadania. Aparentemente, a sociedade passa aceitar, como canta o poeta, migalhas dormidas do teu pão, raspas e restos e pequenas porções de ilusão.

A educação e seus trabalhadores não passam impunes a essa realidade: o corte por 20 anos nos investimentos públicos em saúde e educação concretizou o processo que pretende aniquilar a educação pública. O aviltamento à democracia se expressa em projetos como o Estatuto da Família, a mudança do Estatuto da Criança e do Adolescente, a redução da idade para o trabalho e a Escola sem Partido.

A reforma trabalhista de 2017 foi extremamente prejudicial à educação. Acabou com o pensamento crítico, com a carreira e com a esperança de emancipação pela educação porque fragiliza e precariza as relações de trabalho e achata os salários. Propondo novas modalidades de contratação, com alteração da jornada de trabalho e formas diferenciadas de remuneração, abre caminho para a terceirização e para o fim dos concursos promovendo um impacto avassalador na qualidade do ensino e na carreira dos profissionais da educação. O processo de contratação docente vai priorizar o menor preço e não a qualidade.

A vulnerabilidade dos profissionais da educação está expressa na possibilidade de contratação de professores por períodos curtos, sem garantia de férias, descanso remunerado, 13º salário, propiciando alta rotatividade de emprego. Outro aspecto é o trabalho intermitente: o/a professor/a fica à disposição da escola 24 horas, sendo remunerado apenas pelo período que trabalhou. O trabalho em casa entra na legislação, sendo desta forma, regulamentado o Ensino à Distância.

As reformas do governo golpista vão na contramão da Constituição Federal e do Plano Nacional de Educação - PNE no que diz respeito à oferta e à qualidade da educação, valorização do professor, planos de carreira e gestão democrática. O controle do trabalho docente por meio do Ministério da Educação se expressa, por exemplo, na Base Nacional Comum Curricular e na reformulação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que trazem menos liberdade de atuação política-pedagógica.

A reforma do Ensino Médio que desconsiderou o debate articulado com a sociedade civil e as diretrizes do PNE, flexibilizou o currículo, apontando para um caráter dual do ensino/aprendizagem: a formação enquanto conjunto de estudos nas áreas humana e científica como fase preparatória a uma formação integral, cidadã e humanista de forma universal para todos os estudantes e a formação de mão de obra.

A legislação entendeu, no decorrer da história, que profissionais do

magistério têm direito à aposentadoria especial por estarem expostos a trabalhos mais desgastantes. Porém, a proposta de reforma da previdência, que conseguimos temporariamente barrar, altera esse direito, impondo outras regras e impondo idade mínima de aposentadoria, regra de transição e tempo mínimo de contribuição.

A verdade é que todos esses aspectos dizem respeito direto à democracia: as reformas são impostas, aprovadas com base na compra de votos, sem qualquer debate ou respeito às sugestões realizadas pela sociedade, e o avanço do conservadorismo, que quer impor limites ao trabalho docente, buscando enquadrá-lo no pensamento único e autoritário, são alguns exemplos do esfacelamento da democracia.

A realidade é que se estabeleceu uma disputa por um marco civilizatório e somente a reação da classe trabalhadora, como sujeito coletivo, poderá alterar a correlação de forças criada pela onda conservadora. A educação democrática, consciente com seus princípios, sabedora de seu papel cidadão para com a sociedade, é chamada à responsabilidade de lutar pela democracia, de preservá-la. Pois somente nela e com ela manter os direitos que ainda não foram covardemente arrancados de trabalhadores e da sociedade.

*Secretária de Finanças do Sinpro-DF e da CNTE

A JUSTIÇA TORQUEMADA

*Por Cleber Soares

Frei Tomás de Torquemada foi um frade dominicano espanhol. Ele teria sido mais um simples religioso, se ao final em 1492 não houvesse assumido a condição de Inquisidor geral nas terras de Espanha. Nesta condição o frei promoveu uma verdadeira caçada, a todas as pessoas que julgava infiéis e heréticas. O principal embasamento para perseguições e condenações de Torquemada era sua própria convicção em relação ao “crime” imputado à pessoa. Para confirmar a condenação antecipada o frei permitia que fossem utilizados métodos de tortura até que o indivíduo assumisse a culpa que lhe havia sido imputada. A justiça de Torquemada se baseava na presunção da culpa. Olhando para a justiça inquisitorial do século XV exercida pelo frei a justiça do século XXI exercida por magistrados brasileiros não deveria haver nenhum paralelo, contudo, a forma como a justiça vem sendo exercida, no Brasil, nos últimos anos, produz a desconfiança de que o modo Torquemada de fazer justiça se apropriou de parte da magistratura nacional.

O julgamento e condenação em tempo recorde do ex-presidente Lula, é o exemplo mais eloquente deste modelo de justiça inquisitorial Torquemada.

Ele foi condenado, a partir de denúncia apresentada pelo MPU que alegava ser o ex-presidente beneficiário de um triplex, em São Paulo, que seria pagamento da construtora OAS, por esta ter fechado contratos com a Petrobrás. A questão é, que Lula comprovadamente nunca foi proprietário ou usufruiu do imóvel. Durante o processo de apuração mais de 70 pessoas prestaram depoimentos atestando que o imóvel não pertencia à Lula, mas,

o único depoimento considerado foi o de Léo Pinheiro, corréu em processos da Lava-jato. Na sentença condenatória do ex-presidente, o juiz Moro admite que não havia relação entre o imóvel e a Petrobrás e que não havia comprovação da propriedade do imóvel, mas, mesmo assim o condenou.

Em segunda instância os desembargadores do TRF4 acompanham a sentença do juiz de primeira instância e condenam, por unanimidade, o ex-presidente Lula. Julgamento em tempo recorde, no mês de janeiro, quando o presidente do tribunal reconhecendo que não havia lido na íntegra a peça condenatória, tece elogios ao juiz Moro, afirmando que a sentença era irretocável.

A esse comentário do desembargador soma-se a justificativa de voto da ministra Rosa Weber, quando da negação pelo STF de um habeas corpus que poderia evitar o encarceramento do ex-presidente, em que disse “... sou contra prisão em segunda instância, mas no caso específico do habeas corpus do Lula, vou acompanhar vocês e ser a favor de prisão em segunda instância. Mas... quando formos votar a regra que vai valer para todo mundo votarei contra a prisão em segunda instância porque prisão em segunda instância é inconstitucional”. A condenação em 1ª e 2ª instâncias, sem provas, a negação do habeas corpus com justificativas que desconsideram o texto constitucional, por se tratar de caso envolvendo Lula, a celeridade na expedição do mandato de prisão antes da publicação da decisão do STF, a insistência em desconsiderar o dispositivo constitucional de presunção da inocência e a condenação antecipada publicizada nos meios de comunicação

demonstram o comportamento inquisitorial da justiça brasileira, sendo possível ver nos magistrados que participaram deste processo de julgamento e condenação a figura do frade espanhol. Seiscentos anos após a inquisição a justiça não pode julgar com base em convicções pessoais ou assumindo posturas fundamentalistas como fez o procurador ao noticiar que faria jejum pela prisão de Lula.

Não é possível aceitar que alguém seja punido sem que seja comprovada sua culpa a partir de provas. Condenação sem provas ocorre regimes de exceção. A condenação por motivos políticos produz injustiça, corroendo o estado democrático de direito, fragilizando instituições e gerando a barbárie. A condenação de Lula sem crime comprovado, a deposição de Dilma sem que houvesse crime cometido são ações que reafirmam o caráter inquisitorial, partidário e seletivo da justiça brasileira.

É preciso retomar o curso da democracia, e isto não será possível sem que a justiça retome o caminho da legalidade. A democracia não permite julgamentos de exceção, não cabem práticas inquisitoriais, não comporta juízes da linhagem de Torquemada que sentenciam conforme convicções em lugar de considerar provas. Por isso, independente, de crenças ideológicas ou simpatias partidárias, é tarefa de todos e todas que defendem a democracia lutar contra este estado de exceção que está se constituindo no Brasil desde o golpe iniciado em 2016.

*Diretor de Imprensa do Sinpro-DF

Reformas trabalhista e da Previdência são combinação explosiva para o trabalhador

“As reformas da previdência e trabalhista são parte do golpe que ocorreu no Brasil e continua avançando sobre os direitos da classe trabalhadora. O rompimento da democracia abriu espaço para que se pudesse avançar em tudo que foi conquistado com muita luta nos últimos 100 anos, desde a primeira greve geral do Brasil, e em especial nos últimos anos com o aumento dos salários, programas sociais para distribuição de renda e diminuição da desigualdade”. A análise é do professor Rodrigo Rodrigues, secretário-geral da CUT Brasília.

Para o dirigente cutista, o golpe de 2016 representou a subversão da lógica de um Estado voltado para a promoção da justiça social e da igualdade para um Estado voltado aos interesses do capital rentista, da especulação financeira, da exploração dos(as) trabalhadores(as).

Por isso mesmo, os enfrentamentos protagonizados por trabalhadores(as), mulheres, estudantes, juventude, populações tradicionais e LGBTQT, indígenas e quilombolas não apenas expuseram e denunciaram a gravidade da agenda retrógrada em aspectos pontuais, como foram responsáveis, junto com outras iniciativas, pelo travamento da tramitação acelerada da PEC nº 287/2016 (contrarreforma da Previdência).

Este fato tem grande importância porque o desmantelamento dos direitos previdenciários e trabalhistas é estratégia fundamental para a garantia de lucratividade do capital no atual momento histórico. A relevância desse fato está, também, no despertar da consciência nos movimentos sindicais e sociais de que as lutas específicas ganham sentido e força quando articuladas com as lutas mais gerais da classe trabalhadora, não

podendo se restringir às reivindicações pontuais.

Os desafios postos para 2018 são muito grandes, tendo em vista já iniciarmos o ano em plena vigência da Contrarreforma Trabalhista (Lei nº 13.467/17), arquitetada pelas organizações representativas do mercado financeiro (CNI, FIESP, CNC, FEBRABAN, etc.), elaborada e instituída pelo governo ilegítimo de Michel Temer e o Congresso corrupto. A lei é inspirada no exemplo espanhol, que já mereceu crítica até mesmo do insuspeito órgão defensor do capital – o FMI – pelo agravamento da qualidade dos empregos naquele país europeu. Trata-se, no Brasil, de impor rebaixamento dos salários e das condições laborais e de total liberalização das relações trabalhistas em proveito dos(as) empresários(as). Outra consequência será o aumento da dificuldade para acessar a Justiça

do Trabalho e para a organização sindical dos(as) trabalhadores(as).

A instituição da Lei nº 13.467/17 representou uma derrota para a classe trabalhadora, vez que os resultados – já provados no caso espanhol – impactarão de forma destrutiva nas relações de trabalho, nos níveis salariais e nas condições sociais e culturais de reprodução da classe trabalhadora. Ela atinge diretamente os(as) empregados(as) formais – cerca de 51% dos(as) ocupados(as) –, empurrando-os(as) para condições idênticas às vivenciadas por cerca de 49% dos(as) trabalhadores(as) ativos(as) que já vivem na informalidade.

Em março de 2018, o desemprego aberto alcançou 13,7 milhões de brasileiros (13,1% da PEA), a terceira alta trimestral seguida e a mais baixa quantidade de emprego formal.

“Existem saídas, mas a ideia não é essa. Esse governo veio para implantar um programa que não foi respaldado pelas urnas, um programa liberal que se tenta implantar no Brasil há pelo menos 40 anos e o golpe de 2016 foi essa oportunidade de implantar a chamada agenda do mercado. O que está em jogo é isso, porque um programa como esse não passa pelas urnas, não tem o voto popular”, enfatiza Rodrigo Rodrigues, destacando a importância da resistência e da mobilização popular para barrar de vez a reforma da Previdência.

Rodrigo Rodrigues
Secretário Geral da CUT-DF
Foto: Deva Garcia

PARTIDARIZAÇÃO DA JUSTIÇA PÕE EM RISCO A DEMOCRACIA

A partidarização da justiça viola mortalmente o equilíbrio entre os poderes e arrebenta com o último e cambaleante sustentáculo da democracia brasileira: o princípio da soberania popular. A farsa democrática nunca esteve tão evidente quanto no julgamento do recurso do ex-presidente Lula, no Tribunal Federal da Quarta Região (TRF 4).

Por isso, muitos analistas políticos têm afirmado que o julgamento do ex-presidente foi, simbolicamente, o julgamento do poder judiciário brasileiro.

Essa república dos bacharéis da elite é defendida com unhas e dentes pela mídia empresarial e pelos segmentos mais conservadores, que fornecem os “especialistas” para, sob a aura da ciência, dizer o que certo ou errado à sociedade.

Qualquer cidadão brasileiro sabe que nossa justiça é injusta; que o poder judiciário é elitista, hermético e antidemocrático; que as leis são operadas para favorecer uns em detrimento de outros.

“É dentro desse contexto que

devemos analisar o julgamento do ex-presidente Lula, pelo TRF4. Tal julgamento mostrou para o mundo o que já é conhecido da maioria dos brasileiros. Uma justiça seletiva que usa métodos medievais contra uns e protege desavergonhadamente outros”, analisa o professor Robson Sávio Reis Souza, da PUC Minas.

Um processo que, desde sua origem, é fragrantemente político. Um julgamento que caminhou ao longo dos anos, na primeira instância, com o único objetivo de condenar Lula e expurgá-lo da disputa eleitoral. Um enredo que contou com a conivência de grande parte do sistema de justiça que, em conjunto com os atuais poderes executivo e legislativo, colabora estrategicamente na empreitada golpista.

Para o diretor de Imprensa do Sinpro-DF, Cleber Soares, a justiça brasileira sempre teve uma seletividade de classe – historicamente, as vítimas desse sistema são os pobres, os negros, as minorias vulneráveis e os inimigos de ocasião. A



novidade é que hoje se agrega a isso uma partidarização da justiça e magistrados se comportam mais como estrelas midiáticas do que como juízes – que devem fazer valer a justiça e o que está escrito na Constituição e nas leis. Uma justiça que se preocupa muito mais com o espetáculo que será transmitido pela televisão, pelo Jornal nacional, pela TV Globo, do que com a captação de provas que possam efetivamente fazer com que os culpados sejam punidos e os inocentes sejam absolvidos. Infelizmente, esse comportamento da justiça brasileira é um obstáculo muito forte ao restabelecimento da democracia ou ao aprofundamento da democracia”.

No mesmo sentido, o professor de Direito da FGV Rio, Daniel Vargas, aponta que a credibilidade da justiça é, com mais frequência, a última base para a sobrevivência de uma democracia. Enquanto a confiança no árbitro persistir, enquanto houver motivos para acreditar que, em meio a problemas, ainda existe um sistema de jus-

tiça capaz de corrigir os desvios de rota, haverá boas razões para se continuar o jogo democrático. “Mas, se a imparcialidade do árbitro é questionada, as chances de sobrevivência da democracia são seriamente afetadas”. Vargas destaca que o país assistiu a uma série de que, no conjunto da obra, “têm cheiro de parcialidade, gosto de parcialidade, estilo de parcialidade, discurso de parcialidade. Foram escancaradamente parciais, sinalizam a tomada de um lado na disputa”.

“Alguns togados de hoje são como os tanques do Exército de ontem. Representam uma justiça que se consolida como a mão de ferro dessa turma de assaltantes da esperança popular a beneficiarem banqueiros, latifundiários, rentistas e empresários. Pior: desde o golpe de 2016, vivemos sob o jugo de uma horda de perversos nos três poderes que se fundiram num só, contra o povo e a nação. Ninguém é obrigado a aceitar o açoite e se resignar”, endossa o professor Robson Sávio.



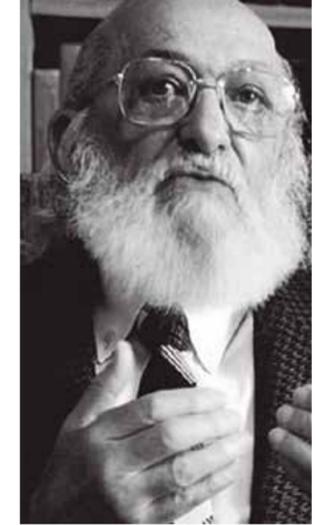
EDUCAÇÃO: do Império aos tempos de golpe

Desde a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, o setor educacional brasileiro passou por vários momentos. Ao longo dos séculos o segmento teve períodos de avanço, mas também de retrocesso. O momento mais promissor foi registrado no governo Lula/Dilma (2003/2016), período em que a Educação teve conquistas significativas, exemplo do investimento público em educação com proporção do PIB; a criação do Piso salarial nacional do magistério; a aprovação do Plano Nacional de Educação; a expansão de universidades e institutos federais; a criação da lei que des-

tina 75% dos royalties do petróleo para a educação; e a ampliação do limite de 18% de gastos da União com o setor, o que resultou em um aumento de R\$ 54 bilhões na área. A derrocada de todo este progresso veio a partir do impeachment da presidenta Dilma Rousseff (2016), momento que toma posse Michel Temer. Em pouco mais de dois anos, seu governo ilegítimo implantou uma série de medidas totalmente destrutivas para a Educação, exemplo do congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, que representará o fim dos serviços universais – em especial saúde e educação; a

Reforma do Ensino Médio; a terceirização irrestrita; a Escola Sem Partido; a tentativa de privatização das universidades; e a aprovação da MP nº 785/2017, que modifica as regras do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Para Heleno Araújo, presidente da CNTE, o golpe trouxe perdas significativas para a Educação. O problema, lembra, é que as coisas ainda podem piorar. “Cada vez que o direito à educação é ampliado para a população, incomoda a elite que concentra a riqueza, a terra, os meios de comunicação, pois eles entendem que a educação é

uma política fundamental para melhorar a condição de vida e expandir a visão crítica da sociedade. Isto eles não querem porque, para isto, terão de aumentar a distribuição de renda”, analisa Heleno Araújo, lembrando que desde que assumiu o governo, Temer prejudicou o setor e um dos exemplos foi a Emenda nº 95, que reduz investimentos da Educação, contrariando a lei do PNE. “Todos os avanços que tivemos nos governos Lula/Dilma estão sendo aniquilados por este governo. A tendência, mantendo este governo e o grupo que deu o golpe, é só piorar”.



1961 – Regulamentação da Lei nº 4.024 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Nascia o Movimento da Cultura Popular de Pernambuco, que tinha à frente o educador Paulo Freire.

Sob o pretexto de que as propostas eram agitadores (PNE e PNA), o caráter de redemocratização da educação brasileira é sufocada pelo Golpe Militar, que anula as iniciativas de revolucionar o setor educacional.



O período marca o fim da Ditadura Militar.



Chegada dos portugueses

Promulgada a 1ª Constituição do Período Republicano, que prioriza o ensino leigo nas escolas públicas em oposição ao Ensino Religioso, que predominou durante todo o período colonial. O Brasil entra no século XX realizando diversas reformas educacionais.

O governo provisório sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras.

Estado Novo
Mesmo com o retrocesso que traz a nova Constituição, ao retirar o texto onde diz que a educação é direito de todos, é neste período que nasce a UNE e quando algumas reformas no ensino secundário e industrial são regulamentadas.

1948
Tem início a campanha pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a discussão da lei é apenas uma das iniciativas que marca a história da educação do Brasil na década de 50.

O Brasil passa a ser governador por Juscelino Kubitschek e em seu plano de metas, JK não priorizou a Educação em seu governo. O setor foi contemplado com apenas 3,4% dos investimentos e tinha como foco a formação de técnicos.

1959
A falta de incentivos com a educação gerou manifestações. Mais de 189 educadores publicaram um pedido exigindo que a educação pública, obrigatória, laica e gratuita fosse dever do Estado.

Inspirado no método de ensino criado por Paulo Freire, são elaborados o Plano Nacional de Educação e do Programa Nacional de Alfabetização.

1968
Reforma Universitária: série de leis que modificaram o ensino superior no Brasil nas décadas de 1960 e 1970.

1985

1500

1808

1891

1930

1931

1934

1937

1946

1951

1956

1959

1964

1961

1962

1968

Com a vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil foram abertas academias militares, escola de Direito e Medicina, a Biblioteca Real e o Jardim Botânico.

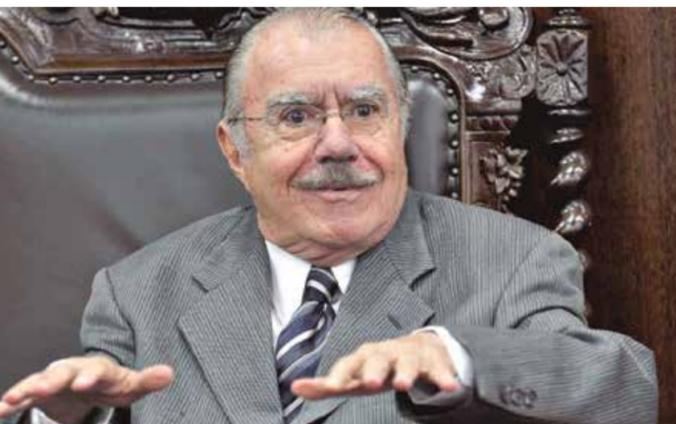
Getúlio Vargas assume o poder como presidente provisória. Dissolve o Congresso e os estudos literários e clássicos da educação ficam em segundo plano. Criado o Ministério da Educação e Saúde Pública

O Congresso promulga a Terceira Constituição Brasileira, que dispõe, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos.

Eleito como presidente o Brigadeiro Eurico Gaspar Dutra, e tem início o período considerado de redemocratização da educação Brasileira. A Constituição determina a obrigatoriedade de se cumprir o Ensino Primário e faz voltar o princípio de que a educação é direito de todos.



Linha do tempo mostra o quadro comparativo da Educação desde o período colonial até 2016, momento em que a democracia brasileira é violada.



Universalização da Educação Básica (Estado pretendia matricular 25 milhões de crianças entre 7 e 14 anos de idade até 1989)

1985 – 1990 (José Sarney)

1988

A Constituição de 1988, promulgada após amplo movimento pela redemocratização do País, procurou introduzir inovações e compromissos, com destaque para a universalização do ensino fundamental.

1990 – 1992 (Fernando Collor)

O Ministério da Educação formula o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), a ser desenvolvido em três fases em nível municipal, estadual e nacional.



Criação do Plano Decenal de Educação para Todos, políticas educacionais voltadas para a educação básica, com ênfase para o ensino fundamental.

1992 – 1994 (Itamar Franco)

1995 – 2002 (Fernando Henrique Cardoso)

- Universalista de arrecadação;
- Repasse de recursos mínimos para as escolas;
- Política de financiamento sugerida pelos organismos internacionais e pelo setor empresarial;
- Criação e regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF);
- Sanção da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional, que possibilitasse às instituições a criação de novos cursos, programas e modalidades (LDB promulgada setembro de 1996);
- Estabelecimento de um Conselho Nacional de Educação menos burocrático;
- Mudanças nas regulamentações de modo a garantir maior autonomia à escola;
- Ênfase na avaliação de resultados como forma de controle mais eficiente (SAEB, ENEM, ENC – Prova – e CAPES).

FHC proíbe a construção de Escolas Técnicas pelo governo federal

Art. 47. O art. 30 da Lei no 8.948, de 8 de dezembro de 1994, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“§ 5o A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

2003 – 2010 (Lula)

- Obrigatoriedade do ensino dos quatro aos 17 anos;
- Fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU) da educação. A DRU retirava do orçamento do MEC, desde 1995, cerca de R\$ 10 bilhões ao ano;
- Investimento público em educação como proporção do PIB;
- Criação do Piso salarial nacional do magistério;
- Criação do Fundo da Educação Básica, que substituiu o Fundef. Multiplicou por dez a complementação da União, que visa equalizar o investimento por aluno no país, além de incluir as matrículas da educação infantil, do ensino médio e da educação de jovens e adultos, desconsideradas pelo fundo anterior, restrito ao ensino fundamental regular;
- Repartição e abrangência do salário-educação. Os recursos do salário-educação, mais do que duplicados, antes destinados apenas ao ensino fundamental, passaram a financiar toda a educação básica, da creche ao ensino médio, e sua repartição passou a ser feita entre Estados e municípios pela matrícula, diretamente aos entes federados;
- Ensino fundamental de nove anos. As crianças das camadas pobres iniciam agora o ciclo de alfabetização na mesma idade que os filhos da classe média, aos seis anos, garantindo-se o direito de aprender a ler e escrever a todos;
- Extensão dos programas complementares de livro didático, alimentação, transporte e saúde escolar, antes restritos ao ensino fundamental, para toda a educação básica, da creche ao ensino médio;
- Extensão dos programas complementares de livro didático, alimentação, transporte e saúde escolar, antes restritos ao ensino fundamental, para toda a educação básica, da creche ao ensino médio.



2011 – 2016 (Dilma)

- Aprovação do Plano Nacional de Educação, sancionado sem vetos;
- Expansão das universidades;
- Expansão dos institutos federais;
- Criação da lei que destina 75% dos royalties do petróleo para a educação;
- Lei de cotas;
- Criação de escolas técnicas;
- Ampliação do limite de 18% de gastos da União com a educação, o que resultou em um aumento de R\$ 54 bilhões na área;
- Regulamentação da Lei nº 11.738/2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;
- Aposentadoria especial de professores que atuam em direção de escola e na coordenação pedagógica;
- Ampliação do atendimento de crianças de 6 meses a 4 anos (CEPIR), com a construção de creches.

2016 – 2018 (Temer)

- Congelamento dos investimentos públicos por 20 anos. Se aplicada representará o fim dos serviços universais – em especial saúde e educação – fornecidos pelo Estado;
- Reforma do Ensino Médio. Com a oposição de estudantes e de muitos professores, o projeto retira, dentre outras medidas, a obrigatoriedade de disciplinas como Filosofia e Sociologia;
- Terceirização irrestrita. Projeto irá precarizar as relações de trabalho, rebaixar salários e estimular a contratação de trabalhadores como PJ (Pessoa Jurídica), eliminando os direitos garantidos na CLT;
- Escola Sem Partido, programa que censura tanto os professores quanto os conteúdos ministrados em sala de aula;
- Tentativa de privatização das universidades;
- Proposta para a cobrança de mensalidade em universidades públicas;
- Aprovação da MP nº 785/2017, que modifica as regras do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Entre as principais mudanças está a diminuição na oferta dos financiamentos, a alteração nas formas de concessão e a diminuição do tempo de carência para pagamento.



Comunidade internacional vê incrível cenário brasileiro

Para o professor da rede pública do DF e membro do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Antônio Lisboa, a repercussão do país a partir do *impeachment* de Dilma Rousseff é extremamente negativa. O mundo vê, atônito, mudanças que tiraram o Brasil da posição de admirado para a de uma desconfiança plena



Antônio Lisboa
Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Em meados de 2003, início do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil passou a ganhar atenção especial da comunidade internacional. Os motivos não foram poucos. Além do fortalecimento da economia, que passaria a ser a 6ª maior do mundo, desbancando a Grã-Bretanha, a nota do país no Índice de Desenvolvimento Humano da ONU teve uma melhora significativa, o coeficiente Gini do Brasil (mede os índices de desigualdade), nos cálculos do Banco Mundial, passou de

58,6, em 2002, para 52,9, em 2013, além do progresso em áreas importantes, como exemplo da Educação.

Mesmo diante de todo este avanço, fator que colocou o Brasil em lugar de destaque no cenário internacional, o golpe contra a democracia (2016) provocou uma ruptura em todo este processo de crescimento social, econômico e humano. Segundo o professor da rede pública do Distrito Federal e membro do Conselho de Administração da Organização Internacional do

Trabalho (OIT) Antônio Lisboa, a repercussão que o país teve a partir do *impeachment* de Dilma Rousseff foi extremamente negativa.

Em entrevista concedida ao **Jornal Quadro Negro**, Lisboa diz que vários líderes, que acompanharam todo crescimento do Brasil nos treze anos de governo do PT, veem atônitos e com muita desconfiança as mudanças no país, principalmente na retirada de direitos trabalhistas, luta esta que sempre fez parte das bases do governo de Lula e Dilma.

QN: Como o Brasil está sendo visto pela comunidade internacional neste período pós-impeachment?

Antônio Lisboa: Precisamos resgatar um pouco isto. Nos primeiros 15 anos deste século XXI, o Brasil passou a ser uma referência no mundo de país com avanço nos processos democráticos; na inclusão das populações mais pobres; no combate efetivo à pobreza; e em políticas sociais que incluíam não só as pessoas mais pobres, mas também as minorias. Especialmente nos anos 2008 e 2010, quando o mundo caminhava para a exclusão, para o aumento das desigualdades e para o aumento da pobreza, o Brasil caminhava no sentido contrário. Lá fora, éramos uma referência de políticas de combate ao neoliberalismo e de combate às desigualdades. Hoje, a situação se inverteu. A imagem do Brasil, que tinha melhorado tanto nestes quinze anos durante o governo de Lula e Dilma, hoje é a pior possível.

QN: Quais as razões, na visão deles, para esta imagem ter ficado tão arranhada, negativa?

Antônio Lisboa: As pessoas ficam chocadas pelo fato de como um país que andava no caminho das melhorias para o seu povo, em um avanço democrático consegue, a partir de um golpe de estado, jogar todas as políticas sociais fora e ainda retroceder do ponto de vista político, dos direitos humanos e dos direitos democráticos de uma forma tão rápida. O que posso dizer é que talvez a imagem do país lá fora nunca tenha estado tão ruim. Mas é importante salientar que a imagem dos golpistas está muito pior. O mundo conhece e percebe todas as atrocidades que eles estão fazendo.

QN: É bom salientar que esta imagem ruim, de desconfiança por parte da comunidade internacional, não era assim.

Antônio Lisboa: Evidente que o Brasil em outras épocas tinha a imagem de um país muito desigual, mas agora o que está muito evidente é o aumento das desigualdades, o retrocesso político, dos direitos humanos, democráticos, trabalhistas e demais direitos que conseguimos alcançar nestes últimos anos, além da forma evidenciada de que a elite brasileira talvez seja a pior elite do mundo.

QN: E este choque é analisado de que forma pela comunidade internacional?

Antônio Lisboa: Quando eles veem a forma como uma presidenta, que apesar dos problemas de gestão ou dos problemas em seu governo, reconhecidamente honesta foi tirada do poder por um grupo de corruptos, choca todo mundo. Como um grupo de pessoas reconhecidamente corruptas derruba uma presidenta honesta com o discurso de combate à corrupção? Isto choca as pessoas.

QN: Mas não é apenas isto que tem chocado, é?

Antônio Lisboa: Não. Outro ponto que choca e tem causado receio é a forma como se persegue o presidente Lula. Hoje está absolutamente claro que o golpe aconteceu para tirar a Dilma do governo e continua avançando para impedir que o povo consiga ter liberdade de escolha. Lá fora, a prisão do Lula é uma coisa chocante e vemos isto nos grandes jornais dos Estados Unidos e da Europa.

QN: Você consegue vislumbrar uma forma de se corrigir toda esta injustiça, corrigir o curso deste golpe?

Antônio Lisboa: Com muita luta. Nós não temos outra saída. É preciso que se entenda que o golpe brasileiro tem interesses que vão muito além daqueles que vemos. Primeiro tem interesses estratégicos e os EUA estão por trás disto. O Brasil, nos primeiros anos do século XXI, além de ser uma referência de políticas de inclusão social, de combate à pobreza, de avanços democráticos e dos direitos humanos, era uma referência de uma nova forma de estabelecer a governança global, a partir das relações com países africanos, do sudeste asiático, da América Latina, a partir da intervenção na política estrangeira, nas relações internacionais de forma a construir unidades e diminuir os desequilíbrios mundiais. Isto, evidentemente, não agradou aos Estados Unidos.

QN: Este foi um dos estopins para o início do golpe?

Antônio Lisboa: O primeiro motivo do golpe brasileiro foi uma questão geopolítica. Acabar com os BRICS, com o poder que o Brasil vinha construindo. Nós estávamos nos

tornando uma nova forma de governança global muito mais multilateral de respeito aos pobres e às culturas. Outro motivo foi o interesse econômico.

QN: E como podemos analisar este interesse econômico?

Antônio Lisboa: A água é um exemplo. No Fórum Mundial da Água, realizado aqui, vimos o que se pretendia e se pretende. Outro ponto é o pré-sal, que foi a maior descoberta de petróleo dos últimos anos, além da própria questão dos bens naturais e dos bens da Amazônia. Tudo isto gerou interesses muito grandes por parte das transnacionais e do capital internacional, de ter poder sobre isto. Tanto é que depois que a Dilma caiu, as mudanças foram acontecendo muito rapidamente, e a primeira foi a mudança da gestão do petróleo e do pré-sal, para entregar para as multinacionais.

QN: Como você vê o Brasil no futuro?

Antônio Lisboa: O Brasil do futuro é o Brasil que conseguirmos construir. Se conseguirmos retomar o projeto de nação que estava em andamento, temos muitas possibilidades de termos um país grande do ponto de vista do seu povo, importante do ponto de vista da construção da paz mundial, humanista do ponto de vista do trato com sua população, que tenha o desenvolvimento sustentável para garantir que a natureza e todos os bens naturais sejam para as futuras gerações, e que seja um jogador global capaz de garantir a paz e um futuro melhor. Caso não consigamos, corremos o risco de nos transformarmos em uma espécie de México, onde uma elite mesquinha e preguiçosa vai continuar tomando conta das riquezas do país e governando o Estado a seu bel prazer, contra os interesses da maioria do povo.



Accesse e leia a entrevista completa

EMENDA CONSTITUCIONAL 95: CONGELAMENTO DO BRASIL E DA SOCIEDADE BRASILEIRA

A emenda nº 95/2016, que cria um teto para os gastos públicos, marca uma mudança de orientação no papel do Estado, que deixa de promover o bem-estar social

Em 1988, a chamada Constituição Cidadã selou um pacto social no Brasil que oferece uma ampla garantia dos direitos individuais e coletivos e o mais completo conjunto de direitos sociais que o país conheceu, além de uma ampla cobertura da seguridade social, que se tornou um dos maiores programas de proteção social de todo o mundo.

Um exemplo dessa proteção social garantida pela Constituição é o caso do financiamento da educação. Desde a CF de 1934 até hoje, o principal mecanismo de financiamento da educação é a vinculação de um percentual mínimo de recursos tributários. Atualmente, esse percentual é um mínimo de 18% da receita de impostos por parte da União e de 25% para Estados, Municípios e DF. Esse mecanismo de financiamento só foi interrompido em períodos ditatoriais: o primeiro marcado pela CF de 1937, e o segundo na CF de 1967, originária do golpe militar de 1964, que suprimiu a vinculação constitucional de recursos para a educação, diminuindo os investimentos governamentais nessa área.

Contudo, esse pacto social que estabelece direitos sociais ao cidadão e deveres ao Estado está sendo refeito. O marco dessa mudança de orientação no papel do Estado foi a Emenda Constitucional nº 95/2016, promulgada

em 15 de dezembro de 2016.

A EC nº 95/2016 estabelece um novo regime fiscal, instituindo uma regra para as despesas primárias do Governo Federal com duração para 20 anos e possibilidade de revisão – restrita ao índice de correção – em 10 anos. Nessa regra, o gasto primário do governo federal fica limitado por um teto definido pelo montante do ano anterior reajustado pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Assim, o novo regime fiscal implica um congelamento real das despesas do Governo Federal, que pressupõe uma redução do gasto público relativamente ao PIB e ao número de habitantes (devido ao crescimento da população ao longo dos anos).

Ou seja, de acordo com a EC nº 95/2016, os gastos públicos não vão acompanhar o crescimento da renda e da população. Em síntese o Brasil está submetido ao “pacto” da austeridade, a uma política de longo prazo fundada na redução dos gastos públicos e do papel do Estado em suas funções de indutor do crescimento

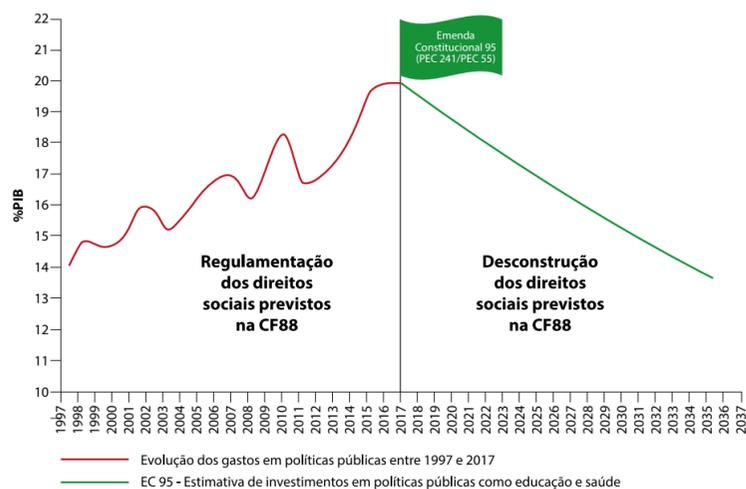
econômico e promotor do bem-estar social.

Em 20 anos, no período de 1997 a 2017, o gasto primário do governo central cresceu de 14% para 19% do PIB. Esse crescimento reflete a regulamentação dos direitos sociais conforme foi pactuado na CF88. Já nos próximos 20 anos, de 2017 a 2037, considerando uma taxa média de crescimento do PIB de 2 pontos percentuais ao ano, espera-se que o gasto primário do governo federal retorne para a casa de 14% do PIB. Ou seja, a EC 95 propõe retroceder nos próximos 20 anos o que o país avançou nos últimos 20 anos em termos de consolida-

ção dos direitos sociais no Brasil.

Essa drástica redução da participação do Estado na economia é representativa de outro projeto de país, outro pacto social, que reduz substancialmente os recursos públicos para garantia dos direitos sociais, como saúde, educação, previdência e assistência social. Nesse novo pacto social, transfere-se responsabilidade para o mercado no fornecimento de bens sociais. Trata-se de um processo que transforma direitos sociais em mercadorias.

Fonte do Gráfico: Tesouro Nacional



Crise põe classe média em crise de identidade

Apesar de assalariada e diante de perdas históricas de direitos trabalhistas e sociais, ainda não se vê como classe trabalhadora

Em 2013, a filósofa Marilena Chauí, professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), disse que a “classe média é uma abominação política, porque é fascista, é uma abominação ética porque é violenta e é uma abominação cognitiva porque é ignorante”.

Este ano, numa entrevista a Juca Kfourir, na TV UOL, fez nova crítica. Confirmou o que disse em 2013 e acrescentou mais uma característica. Ela diz que a burguesia brasileira vive, atualmente, uma crise de identidade. A classe média acha que tem impunidade no Brasil com as prisões lotadas de pobres, quer penas perpétuas e, se possível, pena de morte; não quer cotas, odeia o bolsa-família; quer manter prisões infectas; gosta da meritocracia como sistema de hierarquia social reprodutor da desigualdade e útil para afagar o seu ego de classe básica.

Ela diz ainda que a classe média brasileira é sexista, não aceita beijo gay em novela, fura sinal de trânsito, mas não quer ser multada. Sonega imposto de renda, mas discursa contra a corrupção. Corre para comprar o último livro de Dan Brown. O problema é que esse pensamento extrapolou os limites da alta burguesia e tomou conta de boa parte do Brasil.

“E alcançou o funcionalismo público. Hoje, em razão da elevação da renda promovida pelos governos democrático-popular, os(as) servidores(as) públicos(as) se acham parte da burguesia e, embora sejam assalariados(as), não se reconhecem como classe

trabalhadora”, acrescenta Rosilene Corrêa, diretora do Sinpro-DF.

Ela diz que boa parte do funcionalismo público que não se vê como classe trabalhadora apoiou o impeachment e a prisão sem provas do ex-presidente Lula, ou seja, os ataques à democracia, e não se posiciona sobre as contrarreformas que estão retirando direitos conquistados e desestruturando sua situação financeira que lhe dá a impressão de ser classe média. Apesar das perdas trabalhistas e salariais, não dá o braço a torcer e não vai à luta para impedir o desmanche do Estado de direitos”, critica Rosilene.

Marilena Chauí, por sua vez, acredita que, apesar de todas as características negativas, atualmente, “a classe média já caiu em si sobre a bobagem que fez ao apoiar o impeachment de Dilma Rousseff, mas ela finge que não veja a cada dia os efeitos e os resultados do governo Temer”.

Para a filósofa, não é por acaso que isso acontece. “Tive uma experiência muito divertida, de ir em casas de alguns amigos de classe média, e que dizem: ‘Eu não queria a Dilma, mas, fora Temer! Fora Temer!’ Ou seja, há essa percepção, mas, é razoavelmente enrustida porque se você der publicidade ao fato que você considera que foi um equívoco, e nem vamos falar da questão da injustiça e da crueldade, mas foi um equívoco histórico monumental, ela vai recuar”.

Chauí acha que é preciso deixar que ela própria perceba que

diante do tamanho da crise econômica, do desemprego, e do fato de que uma série de benesses que ela possuía, ela está perdendo uma a uma, tudo está ficando muito mais difícil. “Acho que ela se deu conta de que ela deu um passo equivocado”.

Diante dessa situação, uma das preocupações da sindicalista e também da professora da USP são as eleições de 2018. Quando elas olham para outubro, anteveem uma situação incerta e ameaçadora. Chauí diz que está muito preocupada porque, ao contrário do que aconteceu nos outros anos eleitorais, nesta época do atual calendário, a população brasileira já tinha definições de candidaturas, as alianças partidárias já estavam formalizadas, programas sendo preparados, enfim, havia uma certa publicidade em torno das eleições.

Desta vez não só está tudo desagregado, desorganizado, como não há uma presença da eleição no pensamento e no discurso das pessoas. De alguma maneira, há quem diga que a mídia está enfatizando a Copa do Mundo. Contudo, para Marilena Chauí não é isso que ela vê. “A minha impressão é porque houve uma devastação tão grande dos partidos políticos, uma devastação tão grande da credibilidade

dos políticos, uma desconfiança profunda com relação ao Poder Legislativo e que agora se junta ao do Poder Judiciário, que faz com que as eleições apareçam como uma coisa ou distante ou talvez que nem possam acontecer”, analisa.

Ela diz que essa percepção está ligada ao que ela chama de desconstituição e desconstrução da República porque a República é baseada na existência de três poderes autônomos que se controlam reciprocamente e que têm como papel a realização de mandatos confiados a eles pelos eleitores.

“Ora, o que estamos assistindo desde 2014? Estamos assistindo a deflagração do sistema republicano. Os Três Poderes não só estão em conflito, mas estão em disputa por poder e por hegemonia; eles se desrespeitam uns aos outros; eles se desqualificam, uns aos outros, de tal modo que a referência que a gente tem ao universo republicano está desfeito porque não se confia e nem se acredita no Legislativo; não se confia e não se acredita no Executivo; e, antigamente, no Brasil, as pessoas tinham medo do Judiciário porque a ideia era a lei, muito difícil de ser entendida, ela é escrita e falada numa linguagem que ninguém entende”, diz Marilena Chauí.

Marilena Chauí

filósofa, professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP)





VOCÊ TEM SEDE DE QUÊ?

água, soberania, direitos, democracia, saber...

**UM LEGADO A CELEBRAR.
CHICO MENDES VIVE!**



www.sinprodf.org.br | facebook.com/sinprodf